

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,62534
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	22/04/2016	Ordinária		0,20583

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	42.680.676	41.421.935
1.01	Ativo Circulante	19.129.631	21.939.440
1.01.01	Disponibilidades	233.478	209.975
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.477.049	12.445.108
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	8.477.049	12.444.473
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	635
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.464.678	253.302
1.01.03.01	Carteira Própria	1.091.224	227.797
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.083.347	0
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	290.107	25.505
1.01.04	Relações Interfinanceiras	254.110	178.168
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	71.716	1.378
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	179.888	173.609
1.01.04.03	Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	0	102
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	1.552	1.885
1.01.04.05	Correspondentes	954	1.194
1.01.05	Relações Interdependências	150	0
1.01.06	Operações de Crédito	4.891.572	5.476.359
1.01.06.01	Setor Público	227.438	243.022
1.01.06.02	Setor Privado	5.151.175	5.734.502
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-487.041	-501.165
1.01.08	Outros Créditos	2.773.463	3.344.533
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	29
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	604.342	818.089
1.01.08.03	Rendas a Receber	13.640	13.075
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	12	4
1.01.08.05	Diversos	2.348.463	2.719.014
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-192.994	-205.678
1.01.09	Outros Valores e Bens	35.131	31.995
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.363	13.996
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-615	-625
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	21.383	18.624
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.320.715	19.248.006
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	15.960.204	12.073.969
1.02.02.01	Carteira Própria	15.513.625	9.455.535
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos a Recompra	48.554	1.606.140
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	374.454	610.474
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	23.571	401.820
1.02.03	Relações Interfinanceiras	61.673	45.493
1.02.03.01	Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	0	2
1.02.03.02	SFH-Sistema Financeiro da Habitação	61.673	44.549
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	0	942
1.02.05	Operações de Crédito	6.522.087	6.723.551
1.02.05.01	Setor Público	1.190.372	1.381.893
1.02.05.02	Setor Privado	5.855.262	5.762.903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-523.547	-421.245
1.02.07	Outros Créditos	776.751	404.993
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	117
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.048	18.049
1.02.07.03	Diversos	805.662	433.416
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-46.959	-46.589
1.03	Ativo Permanente	230.330	234.489
1.03.01	Investimentos	1.898	1.866
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.201	7.169
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	211.373	215.976
1.03.02.01	Imóveis de Uso	170.087	168.413
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	280.289	263.840
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-346.631	-323.905
1.03.04	Intangível	17.056	16.610
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	17.056	16.610
1.03.05	Diferido	3	37
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	284	358
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-281	-321

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	42.680.676	41.421.935
2.01	Passivo Circulante	14.272.806	15.931.326
2.01.01	Depósitos	5.556.136	5.720.863
2.01.01.01	Depósito a Vista	328.953	333.005
2.01.01.02	Depósito de Poupança	1.866.819	1.854.853
2.01.01.03	Depósito Interfinanceiros	1.086.619	1.037.769
2.01.01.04	Depósito a Prazo	2.273.745	2.495.236
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.156.103	1.541.765
2.01.02.01	Carteira Própria	1.082.848	1.474.628
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	73.255	67.137
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	271.844	224.885
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	264.087	215.449
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	7.757	9.436
2.01.04	Relações Interfinanceiras	55.105	363
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	55.105	363
2.01.05	Relações Interdependências	5.619	12.373
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.561	12.331
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	58	42
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	606.818	1.000.882
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	606.818	1.000.882
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	152.824	150.552
2.01.07.01	Tesouro Nacional	250	426
2.01.07.02	BNDES	126.332	123.008
2.01.07.03	FINAME	26.242	27.118
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	139.111	168.823
2.01.09	Outras Obrigações	6.329.246	7.110.820
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.894	2.312
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	10.557	3.977
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	70.220	46.661
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	423.966	583.927
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	693	117
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.394.496	4.441.912
2.01.09.07	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	92.567
2.01.09.08	Diversas	2.385.420	1.939.347
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	25.372.675	22.647.423
2.02.01	Depósitos	4.538.156	5.029.884
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	141.985	171.034
2.02.01.02	Depósito a Prazo	4.396.171	4.858.850
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	48.034	129.478
2.02.02.01	Carteira Própria	48.034	129.478
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	960.008	1.194.587
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	960.008	1.194.587
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.565.859	1.558.594
2.02.07.01	Tesouro Nacional	194	0
2.02.07.02	BNDES	1.462.390	1.444.316

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.07.03	FINAME	103.275	114.278
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	681.304	911.560
2.02.09	Outras Obrigações	17.579.314	13.823.320
2.02.09.01	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	11.785.391	7.882.272
2.02.09.02	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	1.408.609
2.02.09.03	Instrumentos de Dividas Elegíveis a Capital	1.000.000	0
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.898.225	1.792.282
2.02.09.05	Diversas	2.895.698	2.740.157
2.05	Patrimônio Líquido	3.035.195	2.843.186
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	15.556	16.621
2.05.03.01	Ativos Próprios	15.556	16.621
2.05.04	Reservas de Lucro	771.046	598.429
2.05.04.01	Legal	212.004	200.726
2.05.04.02	Estatutária	559.042	397.703
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-595.407	-615.864
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-595.407	-615.864

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.256.756	2.545.252	1.014.185	2.772.491
3.01.01	Operações de Crédito	525.038	1.041.458	372.265	1.021.123
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	852.080	1.695.757	702.210	1.364.621
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-125.209	-255.902	-53.412	230.023
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	1.876	43.137	-12.319	145.870
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.971	20.802	5.441	10.854
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-970.797	-1.935.107	-806.163	-2.407.090
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-323.199	-686.500	-318.080	-964.089
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-477.709	-907.285	-215.726	-901.103
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-169.889	-341.322	-272.357	-541.898
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	285.959	610.145	208.022	365.401
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-178.565	-273.228	-144.854	-267.565
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	570.268	1.102.374	545.470	1.078.655
3.04.02	Despesas de Pessoal	-431.575	-857.602	-375.620	-731.165
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-273.826	-534.661	-248.745	-463.018
3.04.04	Despesas Tributárias	-71.123	-142.768	-67.268	-128.119
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	645.402	1.320.787	427.551	776.674
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-617.711	-1.161.358	-426.242	-800.592
3.05	Resultado Operacional	107.394	336.917	63.168	97.836
3.06	Resultado Não Operacional	-171	205	-419	1.304
3.06.01	Receitas	1.167	1.996	1.339	3.213
3.06.02	Despesas	-1.338	-1.791	-1.758	-1.909
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	107.223	337.122	62.749	99.140
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-54.823	-158.292	-73.781	-161.424
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-32.356	-88.424	-45.101	-99.012
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-22.467	-69.868	-28.680	-62.412
3.09	IR Diferido	107.046	61.925	115.496	253.637
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-11.690	-15.191	-3.108	-33.225

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.10.01	Participações	-11.690	-15.191	-3.108	-33.225
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	147.756	225.564	101.356	158.128
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,71071	2,61157	1,17350	1,83080

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	147.756	225.564	101.356	158.128
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-46.400	21.522	-247.293	-296.111
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	82.662	196.250	74.881	-6.871
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-33.178	-78.866	-29.953	2.748
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	967	1.936	969	1.937
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-435	-871	-388	-775
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-96.416	-96.927	-292.802	-293.150
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.356	247.086	-145.937	-137.983

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.521.600	1.740.544
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.278.238	1.500.235
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	225.564	158.128
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	21.397	20.107
6.01.01.03	Prov. para Desv. de Outros Valores e bens	-10	-55
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	338.833	409.441
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	2.489	132.457
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	428.811	513.804
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FDNE	17	24
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingentes	78.573	47.277
6.01.01.09	Provisão Benefício pós emprego	92.813	73.558
6.01.01.10	Provisão para Ativo Fiscal Diferido	61.925	253.637
6.01.01.11	Provisão para Perdas em Créditos Vinculados SFH	14.544	-132
6.01.01.12	Constituição/Reversão de Provisões Operacionais	13.282	-108.011
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.799.838	240.309
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-5.484	-79.168
6.01.02.02	Relações Interfinanceira e Interdependência	-58.828	144.593
6.01.02.03	Operações de Crédito	447.418	-661.835
6.01.02.04	Ouitros Créditos	297.658	-464.180
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-3.036	-3.836
6.01.02.06	Depósitos	-656.455	-396.548
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-467.106	97.706
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-187.620	376.764
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-644.495	206.811
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	236.021	-261.955
6.01.02.11	Outras Obrigações	2.670.443	1.783.312
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-212.107	-116.165
6.01.02.13	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-6.216.247	-385.190
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.328	-19.845
6.02.02	Inversões em Investimento	-32	0
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-20.663	-19.850
6.02.04	Inversões em Intangível	-446	-204
6.02.05	Inversões em Bens Não de uso próprio	-153	-638
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	3.903	798
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	63	49
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-411.112	-433.835
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital próprio pagos	-17.722	-433.835
6.03.02	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-393.390	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.950.040	1.286.864
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.587.311	8.365.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.637.271	9.652.325

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	225.564	0	225.564
5.05	Destinações	0	0	0	172.617	-226.629	0	-54.012
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-54.012	0	-54.012
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	172.617	-172.617	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.278	-11.278	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	161.339	-161.339	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.065	0	1.065	20.457	20.457
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	117.384	117.384
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.065	0	1.065	0	0
5.07.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-96.927	-96.927
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	15.556	771.046	0	-595.407	3.035.195

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	158.128	0	158.128
5.05	Destinações	0	0	0	-202.666	-159.290	0	-361.956
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-37.845	0	-37.845
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-202.666	-121.445	0	-324.111
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	7.907	-7.907	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	-185.429	185.429	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	15.319	-15.319	0	0
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos em 2014 Aprovados em 2015	0	0	0	-40.463	-283.648	0	-324.111
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.162	0	1.162	-297.273	-297.273
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-4.123	-4.123
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.162	0	1.162	0	0
5.07.06	Ganhos Atuariais	0	0	0	0	0	-293.150	-293.150
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	18.232	485.245	0	-480.769	2.866.708

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	3.465.938	3.286.635
7.01.01	Intermediação Financeira	2.545.252	2.772.491
7.01.02	Prestação de Serviços	1.102.374	1.078.655
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-341.322	-541.898
7.01.04	Outras	159.634	-22.613
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.593.785	-1.865.192
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-494.581	-427.652
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-42.050	-35.075
7.03.02	Serviços de Terceiros	-257.971	-227.347
7.03.04	Outros	-194.560	-165.230
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-111.252	-87.598
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-6.712	-16.447
7.03.04.03	Transportes	-13.360	-12.085
7.03.04.04	Segurança	-26.778	-22.625
7.03.04.05	Viagens	-6.710	-5.866
7.03.04.06	Outras	-29.748	-20.609
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.377.572	993.791
7.05	Retenções	-21.397	-20.107
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.397	-20.107
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.356.175	973.684
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.356.175	973.684
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.356.175	973.684
7.09.01	Pessoal	753.576	660.269
7.09.01.01	Remuneração Direta	527.929	473.027
7.09.01.02	Benefícios	186.655	153.913
7.09.01.03	F.G.T.S.	38.992	33.329
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	358.352	140.028
7.09.02.01	Federais	344.436	125.790
7.09.02.02	Estaduais	17	27
7.09.02.03	Municipais	13.899	14.211
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.683	15.259
7.09.03.01	Aluguéis	18.683	15.259
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	225.564	158.128
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	54.012	53.165
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.552	104.963

Comentário do Desempenho

1 PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2016 iniciou com incertezas em relação ao cenário político-econômico do País. Apesar das adversidades da economia, o Banco obteve lucro líquido de R\$ 225,6 milhões, valor 42,6% superior ao apresentado no mesmo período em 2015 (R\$ 158,1 milhões).

Vivemos um momento que requer alinhamento adequado em todas as esferas organizacionais para vencermos as dificuldades inerentes à atual conjuntura. Para emergirmos mais fortes e preparados, precisamos responder positivamente aos desafios de nossa missão de sermos “O Banco de Desenvolvimento do Nordeste”.

A busca por eficiência leva em conta o cenário atual de contínuo aumento da bancarização que exige maior sofisticação para atender as expectativas dos clientes, tanto em termos de qualificação de produtos e serviços quanto de atendimento. O Banco demonstrou eficácia nas ações de aplicação de R\$ 4,0 bilhões no Crediamigo ao proporcionar a contratação de 2,1 milhões de operações; atendimento a 12.102 micro e pequenas empresas com contratações totalizando R\$ 1,1 bilhão em linhas de crédito de curto e de longo prazos e contratação de R\$ 1,2 bilhão para 253,3 mil agricultores familiares.

As pessoas que fazem esta organização são seu principal agente de resultados e, como tal, conhecem e participam ativamente das transformações organizacionais, observando os princípios fundamentais da gestão do Banco do Nordeste: integridade e ética, foco nos clientes e resultados, meritocracia e inovação.

Integridade e ética norteiam todo o trabalho do Banco, estando evidenciadas de forma inequívoca em nossas políticas e procedimentos. A promoção e realização do XII Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais que contou com a participação de dirigentes e representantes das empresas estatais que integram o Fórum Nacional de Gestão da Ética exemplifica o compromisso do Banco com a disseminação do tema para a empresa e a sociedade.

Passamos a utilizar o modelo estratégico de ‘Gestão para Resultados’, que pressupõe compromisso coletivo, colaboração, alinhamento organizacional, envolvimento das lideranças em prol de resultados comuns e estratégicos para o Banco. Continuamente revisitamos nosso *portfólio* de produtos e serviços visando introduzir inovações para nossos clientes. Lançamos o Cartão FNE, produto único no mercado de crédito nacional, que oferta recursos do FNE tanto para giro como para investimento de forma ágil e segura. Criamos o produto FNE Sol, destinado ao financiamento de sistemas para micro e minigeração distribuída de energia.

O Banco atualiza suas estratégias de negócio, buscando maiores níveis de rentabilidade, associados a menores custos de operação, com atenção especial ao papel institucional de gestor do FNE, objetivando cumprir a alocação de recursos do Fundo na Região, nos patamares previstos, não apenas em termos quantitativos, mas, sobretudo, em relação à qualidade do crédito. O Banco aplicou R\$ 5,358 bilhões com recursos do FNE, 7,3% a mais do que o valor aplicado no mesmo período de 2015.

A eficiência operacional permitiu a redução da complexidade, com a criação de soluções simples, que entreguem valor aos nossos clientes. Os gestores de processos são desafiados a implementar novas formas de atuação, redesenhando e aprimorando seus

Comentário do Desempenho

processos, oportunizando melhorias, eliminando excessos, rotinas inadequadas, desperdícios e pontos de gargalo que não agregam valor e preservando as entregas essenciais para a maior satisfação do nosso cliente. Inauguramos mais 11 (onze) agências, ampliando de 296 para 307 as unidades de negócios.

Fortalecer o papel do Banco como um dos principais protagonistas da disseminação de inovação no Nordeste é um dos nossos focos. O Banco lançou o Hub Inovação Nordeste (Hubine) para estimular a criação de produtos e serviços e soluções inovadoras, lançando desafios de impacto social, apoiando eventos que disseminem inovações e propiciem resultados ao desenvolvimento do Nordeste, na perspectiva de melhorar a qualidade dos negócios das empresas e da vida das pessoas.

Manter o Banco sustentável requer constante renovação, com apoio em modelos de gestão equilibrados e que garantam a autossuficiência, mesmo em tempos difíceis. A geração de resultados, por si só, não garante sua continuidade.

A proatividade, a antecipação de tendências que podem trazer resultados positivos para o Banco e a agilidade na tomada de decisões, mantendo a qualidade, são atitudes e comportamentos que adotamos para acompanhar as mudanças no ambiente externo e manter um crescimento sustentável. As respostas aos desafios do cenário adverso estão demonstradas, dentre outras, a partir da recuperação de R\$ 1,13 bilhão em créditos inadimplidos e a redução nas despesas com provisões de crédito no volume de R\$ 282 milhões.

O Banco, no constante trabalho de antecipação de cenários, sediou em junho/16 o “Encontro Estratégico Nordeste 2030”, evento promovido pelo Tribunal de Contas da União, destinado a discutir desafios e caminhos para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste.

Este Relatório apresenta, nas próximas páginas, o desempenho do Banco do Nordeste no primeiro semestre de 2016, demonstrando que, apesar do cenário econômico adverso, o Banco do Nordeste segue cumprindo seu papel de banco de desenvolvimento regional integrado à política econômica do País.

Marcos Holanda

Presidente

Comentário do Desempenho

2 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A partir de 2016 o Banco do Nordeste adotou o modelo de ‘Gestão para Resultados’, como fundamento para a construção do seu planejamento, com o objetivo de priorizar o desenvolvimento e a transformação regional em todas as ações, elevando o desempenho organizacional, referenciado na sua missão e visão.

O planejamento empresarial é composto pelos planos estratégico, tático e operacional. No nível estratégico, define os resultados a serem alcançados e os impactos externos que se desejam atingir. Tem início com a definição da missão, da visão e dos valores, seguindo-se da construção de indicadores e estabelecimento de metas quadrienais.

A missão atual do Banco é “Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste” e a visão é “Ser o banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”, sendo que ambas estão refletidas na estratégia da Instituição, tendo o cidadão como o foco do modelo, considerando todas as suas potencialidades e capacidades. Seus princípios norteadores são: integridade e ética, foco nos clientes e resultados, meritocracia e inovação.

O planejamento estratégico foi construído considerando as dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e ética. O mapa estratégico apresenta esta disposição, com a distribuição e as interrelações entre os insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

MAPA ESTRATÉGICO



Fonte: Ambiente de Planejamento, janeiro/2016.

Fonte: Ambiente de Planejamento – Banco do Nordeste (2016)

Comentário do Desempenho

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1 Estrutura de Governança Corporativa

No primeiro semestre de 2016, a Diretoria Executiva aprovou revisões de estrutura organizacional das unidades do Banco, buscando maior alinhamento ao direcionamento estratégico e à ética, elevação da capacidade operacional e gerencial das unidades frente às demandas, além do fortalecimento da governança corporativa e dos controles internos, favorecendo a preservação e criação de valor econômico pela Instituição. Destacam-se como ações estratégicas adotadas ao longo do primeiro semestre, as alterações de estrutura organizacional das seguintes unidades administrativas:

- Assessoria e Apoio – criação da vaga de Economista-chefe, para assessorar a Presidência e a alta administração nas decisões do campo econômico e social que refletem sobre a área de atuação do Banco;
- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) – subordinação direta à Presidência do Banco, para fortalecimento da Unidade como inteligência econômica e maior alinhamento estratégico com a Presidência.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários, sendo que a diretoria de controle e risco e a de ativo de terceiros estão devidamente segregadas. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal, sendo também auditado por uma auditoria independente.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e das práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis existentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Nas relações institucionais, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado no *site* do Banco na Internet. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição. Cabe ressaltar a criação, no primeiro semestre de 2016, do Comitê de Integridade e Ética, colegiado responsável pela verificação da implementação e cumprimento dos padrões do programa e da política de integridade e ética.

3.2 Gestão de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco para avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, estabelecendo regras baseadas em princípios e

Comentário do Desempenho

boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

O Banco do Nordeste adota uma estrutura de gestão de riscos unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades de negócio e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

As responsabilidades básicas das unidades referentes à gestão de riscos encontram-se descritas a seguir:

- Conselho de Administração - Aprovar políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos;
- Diretoria Executiva – Deliberar sobre políticas de gestão de riscos e submetê-las ao Conselho de Administração; aprovar limites operacionais; aprovar metodologias de gestão.
- Diretoria de Controle e Risco - Coordenar a implementação das políticas de gestão de riscos; monitorar o desempenho das unidades gestoras de riscos;
- Comitê de Gestão de Riscos - Apreciar e deliberar sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas a instâncias superiores, bem como sobre aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos - Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereçam subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos;
- Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos – Coordenar a gestão operacional dos controles internos, da segurança corporativa e dos riscos e monitorar os seus resultados;
- Ambiente de Gestão de Riscos - Gerenciar em nível corporativo os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco;
- Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional - Gerenciar os riscos relacionados aos produtos que administram, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

3.3 Controles Internos

O Banco do Nordeste ampliou as práticas de governança corporativa utilizando-se do Sistema de Controles Internos, que é constituído por políticas, estratégias, procedimentos e práticas elaboradas com o propósito de mitigar riscos dentro de um nível aceitável de segurança para o alcance dos objetivos organizacionais.

A prática das atividades de controles internos no Banco do Nordeste ocorre de forma distribuída nos diversos segmentos gerenciais e administrativos da empresa, cabendo a cada gestor a postura coerente com os interesses empresariais. O objetivo maior é a redução de incidência de falhas operacionais, mediante a execução de medidas acautelatórias com a inclusão de pontos de controles em processos. Para tanto, são utilizados mecanismos de controle como: decisões em colegiado, segregação de atividades

Comentário do Desempenho

entre pessoas distintas, autorização de instâncias superiores, relatórios de acompanhamento periódicos, revalidação de pontos de checagem. A postura ética dos empregados se constitui em fator determinante para a conformidade dos processos.

O Sistema de Controles Internos reúne, portanto, elementos e componentes que atuam em conjunto para oferecer segurança à Alta Administração do Banco do Nordeste quanto à mitigação dos riscos nos quais a organização está exposta, conforme regulamentação da Resolução nº 2.554/1998, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

4 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

4.1 Desenvolvimento Regional

A contribuição do Banco para a redução da pobreza e minimização das desigualdades sociais continua como foco de suas ações, fortalecendo sua relação com os agentes produtivos, reforçando seu compromisso com a solução dos grandes desafios regionais, ampliando oportunidades, produzindo impactos positivos para a sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira e atuando em áreas de grande carência econômica, a exemplo do semiárido nordestino.

Por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), o Banco atua na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, bem como na avaliação de políticas e programas de financiamento.

O Etene administra e operacionaliza os seguintes fundos: o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que juntos beneficiam o desenvolvimento de diversos setores/atividades.

Durante o primeiro semestre de 2016, merece destaque, dentre outras ações do Etene, o apoio técnico para a formatação do Hub Inovação Nordeste (Hubine), equipamento que funcionará na sede do Banco como ambiente de apoio a negócios inovadores, que criem produtos, serviços e soluções capazes de contribuir com a dinamização da economia regional.

Além disso, foram elaborados diversos estudos setoriais, que enfocaram atividades como as da indústria automobilística, de vidros e de autopeças, bebidas, geração e distribuição de energia elétrica, minerais não metálicos, petróleo e gás, *shopping centers*, *carcinicultura*, dentre outras.

4.2 Sustentabilidade

As ações de responsabilidade socioambiental, que foram destaques no primeiro semestre de 2016, são as seguintes:

- 4.962 operações de financiamentos que somaram R\$ 147,9 milhões, contratados nos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além de R\$ 97,9 milhões aplicados no programa FNE Inovação.

Comentário do Desempenho

- Lançamento de programa interno de reconhecimento de ações socioambientais - Prêmio Práticas Socioambientais 2016.
- Gerenciamento do plano de ação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). A PRSA do Banco do Nordeste foi amplamente divulgada nas mídias internas e externas e encontra-se disponível no portal eletrônico do Banco na Internet no endereço www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental.

Adicionalmente, o Banco busca incorporar aos seus negócios outras dimensões indutoras do processo de desenvolvimento sustentável, atuando em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no apoio ao desenvolvimento territorial.

Em decorrência desta parceria, os seguintes resultados foram obtidos no 1º semestre de 2016:

- Operacionalização de contrato de prestação de serviços com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas – 28.483 para o consumo humano (primeira água) e 1.650 de produção (segunda água) – em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba. Esse contrato marcou a inserção do Banco do Nordeste no Programa Cisternas, iniciativa do Governo Federal cujo objetivo principal é universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, residentes em comunidades rurais atendidas por sistemas deficitários de abastecimento de água ou que recebam abastecimento difuso. No acumulado do Programa até meados de 2016, 24.680 famílias foram capacitadas e 20.996 cisternas foram construídas, sendo 19.647 de primeira água e 1.349 de segunda água.
- Aprovação do Novo Modelo de Atuação dos Agentes de Desenvolvimento pela Diretoria do Banco. Esse novo modelo consiste em atualizar e padronizar a estratégia de atuação do Banco do Nordeste no que concerne ao desenvolvimento territorial.

4.2.1 Agente de Desenvolvimento

O Banco, por intermédio do Agente de Desenvolvimento, atua como conhecedor da realidade territorial, facilitador/articulador do processo de construção e implementação de planos de ação territorial e indutor das ações a serem desenvolvidas pelos atores envolvidos com o esforço de desenvolvimento, inclusive os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável/Conselhos Territoriais, na perspectiva da organização, fortalecimento e elevação do patamar de competitividade das atividades econômicas priorizadas por tais Conselhos, por meio da efetivação de planos de ação territoriais e locais e da estruturação de financiamentos de riscos mitigados.

No primeiro semestre de 2016, 21 projetos-piloto foram iniciados nos estados de atuação regional do Banco do Nordeste. Os referidos projetos contemplam várias atividades priorizadas, conforme estabelecido pelos Conselhos Territoriais.

4.2.2 FNE SOL

A micro e minigeração distribuída de energia, criadas por meio da Resolução ANEEL nº 482/2015 e alteradas pela Resolução ANEEL nº 687/2015, consistem na possibilidade de uma unidade consumidora de energia elétrica, como uma residência ou um estabelecimento

Comentário do Desempenho

comercial ou industrial, adquirir pequeno sistema de geração de energia e passar a gerar sua própria energia elétrica. O sistema é interligado à rede de energia elétrica, e o que é produzido passa a compensar o que é consumido.

Para atender a esse mercado, o Banco lançou um novo produto de crédito, o FNE Sol, o qual se destina ao financiamento de sistemas para micro e minigeração distribuída de energia para consumo próprio dos empreendimentos, por meio da linha FNE Verde. O FNE Sol se presta ao financiamento de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, havendo diferentes possibilidades de compensação da energia consumida, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas na citada Resolução ANEEL nº 687/2015.

5 DESEMPENHO

5.1 Desempenho econômico-financeiro

5.1.1 Ativos Totais

Os ativos globais do Banco do Nordeste atingiram o volume de R\$ 42,7 bilhões ao término do primeiro semestre de 2016, apresentando um acréscimo de 3,0% em relação ao final de 2015. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 8,7 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 5,5 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2015 para junho de 2016 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

Tabela 1 – Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	Banco do Nordeste			FNE		Var %
			Var %	30.06.2016		
	31.12.2015	30.06.2016		31.12.2015	6	
Disponibilidades, ⁽¹⁾						
Aplicações						
Interfinanceiras e TVM	24.982,4	27.135,4	8,6%	5.231,5	8.749,8	67,3%
Recursos						
Comprometidos com						
Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0%	6.092,8	5.457,7	-10,4%
Relações						
Interfinanceiras	223,6	316,0	41,3%	1.998,6	2.104,6	5,3%
Operações de Crédito						
(Retificado por						
Provisões)	12.199,9	11.413,7	-6,4%	46.560,7	47.149,1	1,3%
Outros						
Créditos						
(Retificado por						
Provisões)	3.749,5	3.550,2	-5,3%	8,4	8,8	4,8%
Outros Valores e Bens	32,0	35,1	9,7%	1,2	1,0	-16,7%
Permanente	234,5	230,3	-1,8%	0,0	0,0	0,0%
Total	41.421,9	42.680,7	3,0%	59.893,2	63.471,0	6,0%

⁽¹⁾ Nas disponibilidades do Banco do Nordeste estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

Comentário do Desempenho

No primeiro semestre de 2016, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 6,0%, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o primeiro semestre de 2016, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 3.470 milhões, contra R\$ 3.521 milhões ingressados no mesmo período de 2015. Comparadas as posições de 31.12.2015 e 30.06.2016, percebe-se um acréscimo de 1,3% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 25,5% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

5.1.2 Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de ativos representada por Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2016, corresponde a R\$ 27,1 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (8,6%) em relação a 31.12.2015, quando totalizava R\$ 25,0 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração do Banco declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

5.1.3 Disponibilidades do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE cresceu de R\$ 5,2 bilhões em dezembro de 2015 para R\$ 8,7 bilhões em junho de 2016, representando uma variação positiva de 67,3%. O crescimento verificado no saldo das disponibilidades é motivado: principalmente pela maior efetividade do volume de reembolsos, que cresceram 15,0%, totalizando R\$ 5,3 bilhões no primeiro semestre de 2016 (R\$ 4,6 bilhões em 2015); pela redução na demanda por crédito, em decorrência da retração da atividade econômica; e pela manutenção do volume de ingressos de recursos do Tesouro Nacional.

O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve decréscimo de 10,4%, saindo de R\$ 6,1 bilhões em dezembro de 2015 para R\$ 5,5 bilhões em junho de 2016.

5.1.4 Captação de Recursos

Depósitos a Prazo (CDB) – As captações de recursos em CDB apresentaram uma redução de 4,01% (R\$ 224,7 milhões) quando comparado o saldo em junho/2016 (R\$ 5.381,4 milhões) em relação ao saldo apresentado em dezembro/2015 (R\$ 5.606,1 milhões). Esta redução deveu-se, principalmente, à estratégia para adequação do estoque da carteira à meta de saldo médio proposta no Programa de Ação 2016, objetivando também a redução do custo médio de captação da carteira própria do Banco.

Depósitos a Prazo (Depósitos Judiciais) – Houve transferência de R\$ 315,5 milhões para a Caixa Econômica Federal (CEF) que atualmente gerencia os depósitos judiciais do Estado do Ceará.

Comentário do Desempenho

LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) – Findo o 1º semestre de 2016, o saldo da rubrica de LCA apresentou acréscimo de 22,6%, variação de R\$ 48,7 milhões (R\$ 264,1 milhões em junho/16 contra R\$ 215,4 milhões em dezembro/15), decorrente principalmente, do crescimento das captações ocorridas durante o ano de 2016.

Tabela 2 - Captação de Recursos (R\$ milhões)

Especificação	31.12.2015	30.06.2016	Variação R\$	Variação (%)
Depósito a prazo	6.494,8	5.873,5	(621,3)	-9,57%
- CDB	5.606,1	5.381,4	(224,7)	-4,01%
- Depósitos Judiciais	888,7	492,1	(396,6)	-44,63%
LCA	215,4	264,1	48,7	22,61%
Total	6.710,2	6.137,6	(572,6)	-8,53%

Fonte: Ambiente de Operações Financeiras – Banco do Nordeste (2016)

5.1.5 Administração de Fundos de Investimento

No primeiro semestre de 2016, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 5.504,6 milhões, um crescimento de 6,2% em relação ao primeiro semestre de 2015. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executa a gestão de 24 fundos de investimento, com 65.255 cotistas, uma evolução de 4,5% em relação ao primeiro semestre de 2015.

A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 15,1 milhões no primeiro semestre de 2016, um incremento de 5,1% em relação ao primeiro semestre de 2015.

Tabela 3 – Fundos de Investimento (R\$ milhões)

Fundos de Investimento	30.06.2015	30.06.2016	Variação
Patrimônio Líquido	5.182,8	5.504,6	6,2%
Taxa de Administração	14,4	15,1	5,1%
Cotistas (Quantidade)	62.432	65.255	4,5%

Fonte: Ambiente de Instrução e Suporte de Fundos de Investimento – Banco do Nordeste (2016)

5.1.6 Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 30.06.2016, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,04 bilhões (R\$ 2,84 bilhões, em 31.12.2015). O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões, representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2016, foi de 15,9% a.a.

O Lucro Líquido foi de R\$ 225,6 milhões, representando um resultado de R\$ 2,61 por ação, montante 42,6% superior ao apresentado no mesmo período em 2015 (R\$ 158,1 milhões). Referido desempenho foi influenciado por diversos fatores, destacando-se:

- elevação nas margens financeiras de operações de crédito do Crediamigo, em face da revisão das taxas de juros na concessão de novas operações de crédito,

Comentário do Desempenho

visando compensar a perda de receitas ocorridas no mesmo período de 2015, quando houve redução na equalização de encargos pelo Tesouro;

- redução nas despesas com provisionamento de crédito no volume de R\$ 282,0 milhões, incluindo-se as despesas de provisionamento de operações de crédito do FNE com risco assumido pelo Banco do Nordeste;
- aumento da margem financeira de operações de mercado, em relação ao mesmo período de 2015, em face da elevação da taxa Selic.

No primeiro semestre de 2016, o Patrimônio Líquido do FNE cresceu 6,0%, atingindo o volume de R\$ 63,5 bilhões. Esse crescimento foi fortemente influenciado pelos novos ingressos do Tesouro Nacional que totalizaram no período R\$ 3.470 milhões.

5.2 Desempenho Operacional

5.2.1 Volume de Contratações

As contratações de operações de crédito do Banco do Nordeste atingiram o montante de R\$ 10,8 bilhões no 1º semestre de 2016, representando decréscimo de 5,0% em relação ao mesmo período de 2015.

Do valor total, R\$ 5,8 bilhões (53,5%) destinaram-se a financiamentos de Longo Prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, de infraestrutura, em comércio e serviços; e R\$ 5,0 bilhões (46,5%) a empréstimos de Curto Prazo, abrangendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), capital de giro, cartão de crédito, conta garantida, câmbio e desconto, bem como o programa Crediamigo.

Em relação à quantidade de operações, foram contratadas 2,5 milhões de operações no 1º semestre de 2016, que superaram em 2,0% o total contratado no 1º semestre de 2015, sendo 280.028 operações de Longo Prazo (crescimento de 8,1%) e 2.240.950 de Curto Prazo (crescimento de 1,3%).

Tabela 4 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)

Tipo	1º semestre de 2015		1º semestre de 2016		Variação Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Longo Prazo	258.972	5.511,9	280.028	5.790,6	5,1%
Curto Prazo	2.211.946	5.888,0	2.240.950	5.035,7	-14,5%
Total	2.470.918	11.399,9	2.520.978	10.826,3	-5,0%

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

Cabe destacar o aumento nas contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no semestre, que totalizou R\$ 1,3 bilhão, incluindo as operações do Agroamigo, crescendo nesse período 8,8% em relação ao 1º semestre de 2015.

Comentário do Desempenho

O microcrédito do Banco do Nordeste (representado pelo Crediamigo, voltado para área urbana; e o Agroamigo, para a área rural) somou R\$ 5,0 bilhões e 2,3 milhões de operações contratadas no 1º semestre de 2016, aumento de 3,2% no valor e 4,4% na quantidade, comparando com o 1º semestre de 2015. As contratações do Crediamigo atingiram o montante de R\$ 4,0 bilhões, crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2015. Já o Agroamigo cresceu 9,6%, perfazendo um total de R\$ 998,3 milhões contratados até junho de 2016.

Tabela 5 - Desempenho em alguns programas/segmentos (R\$ milhões)

Programa / Segmento	1º semestre de 2015		1º semestre de 2016		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor ¹	
Pronaf ¹ (inclui Agroamigo)	233.290	1.170,4	253.328	1.272,8	8,8%
Microcrédito	2.235.486	4.837,8	2.333.897	4.993,1	3,2%
• Agroamigo	222.181	910,7	242.600	998,3	9,6%
• Crediamigo	2.013.305	3.927,1	2.091.297	3.994,8	1,7%
Micro e Pequena Empresa (MPE)	33.575	1.350,3	28.146	1.150,3	-14,8%

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

Das operações de crédito contratadas no 1º semestre de 2016, o valor de R\$ 5,4 bilhões foi oriundo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 92,5% dos financiamentos de Longo Prazo. Desses recursos, R\$ 3,4 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 62,9% do total aplicado com recursos do Fundo e crescimento de 4,6% em relação ao mesmo período de 2015. Os clientes de médio porte contrataram R\$ 645,4 milhões e os de grande porte somaram R\$ 1,3 bilhão em contratos, crescimentos de 0,1% e 19,2%, respectivamente.

Em termos quantitativos, houve crescimento de 8,0% nas contratações dos clientes de pequeno porte, que representaram 99,7% da quantidade de operações do FNE no 1º semestre de 2016. Também houve aumento de 18,0% nas operações com médio porte e 105% no grande porte.

Tabela 6 – FNE - Contratações por porte (R\$ milhões)

Porte	1º semestre de 2015				1º semestre de 2016				Variação Valor
	Qtde	%	Valor	%	Qtde	%	Valor	%	
Pequeno	250.032	99,8%	3.223,10	64,5%	270.135	99,7%	3.370,60	62,9%	4,6%
Médio	511	0,2%	644,7	12,9%	603	0,2%	645,4	12,0%	0,1%
Grande	80	0,0%	1.126,80	22,6%	164	0,1%	1.342,70	25,1%	19,2%
Total	250.623	100%	4.994,60	100%	270.902	100%	5.358,70	100%	7,3%

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

Comentário do Desempenho

5.2.2 FNE

O total de financiamentos com recursos do FNE no primeiro semestre do exercício 2016 foi impactado pela continuidade da retração da atividade econômica observada no país e por ainda ocorrerem postergações na decisão quanto a oportunidades de investimentos, o que se reflete nos resultados das contratações.

Assim, o Banco do Nordeste financiou no período de janeiro a junho de 2016 um montante de R\$ 5.358,7 milhões com recursos do FNE, atendendo empreendimentos rurais e urbanos dos onze estados de sua área de atuação regional.

Esse total representa crescimento de aproximadamente 7,3% em relação ao mesmo período de 2015. As contratações contemplaram a realização de 270.902 operações, tendo sido registrados financiamentos em 99,7% dos 1.990 municípios da área financiável pelo FNE, com valor médio por operação de R\$ 19,8 mil.

Na distribuição de financiamentos por estado, destaca-se a participação da Bahia com 27,9% do montante total registrado, convergente com a diretriz de limite máximo por estado que é de 30% do total de financiamentos.

Tabela 7 - Banco/FNE: Financiamentos Totais por Estado (R\$ mil)

Estado	Valor Contratado	%
AL	185.500,2	3,5
BA	1.496.248,9	27,9
CE	637.055,9	11,9
ES	136.273,1	2,5
MA	713.911,0	13,3
MG	286.559,0	5,4
PB	257.116,7	4,8
PE	654.611,5	12,2
PI	521.532,2	9,7
RN	268.619,5	5,0
SE	201.307,4	3,8
Total	5.358.735,4	100,0

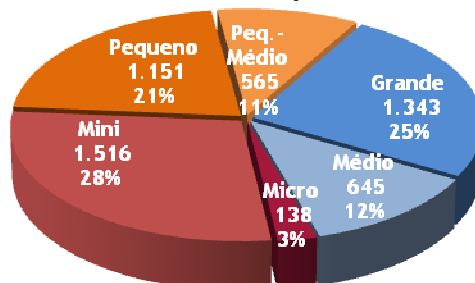
Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento – Banco do Nordeste (2016)

No caso da distribuição por porte de beneficiário, em 2016 o Banco do Nordeste contratou financiamentos junto a pequenos empreendimentos de forma prioritária, conforme diretriz do FNE, promovendo a geração e a desconcentração de emprego e renda.

Os empreendimentos dos portes Micro, Mini, Pequeno e Pequeno-médio, rurais e urbanos, mobilizaram 63% do valor total dos financiamentos contratados no semestre. Nesse grupamento, destaca-se com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (prorafianos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional. Merece destaque também o crescimento nominal de 9,9% nas contratações com o porte Mini, de 6,3% com o Micro e de 2,9% com Pequeno-Médio, se comparado ao mesmo período de 2015.

Comentário do Desempenho

Gráfico 1 - Banco/FNE 2016: Financiamentos por Porte de Beneficiário (R\$ milhões)



Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento – Banco do Nordeste (2016)

O financiamento a projetos no semiárido totalizou R\$ 1.977,4 milhões, montante que representa 76,7% do valor programado para o ano, sendo 5,6% superior ao realizado no mesmo período em 2015, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a médio, grande e micro empreendedores, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) atingiu um total de R\$ 4.639,6 milhões, cerca de 86,6% dos financiamentos totais com o FNE no primeiro semestre, acima portanto da meta de 70% dos financiamentos previstos para essas microrregiões.

Contribuíram para esse resultado ações como os eventos do FNE Itinerante, focados na divulgação, de maneira prática e objetiva, das possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPes) e aos microempreendedores individuais (MEIs). Realizados prioritariamente em municípios que atendem a critérios coadunados às prioridades espaciais da PNDR, no primeiro semestre foram realizados 144 encontros, de um total de 220 previstos para o exercício, envolvendo um público geral, desde o início dos eventos em 2010, de cerca de 46.000 participantes.

As sete Mesorregiões Diferenciadas e as duas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, tendo alcançado financiamentos de, respectivamente, R\$ 1.151,1 milhões e R\$ 171,7 milhões, perfazendo um total de R\$ 1.322,8 milhões, montante 8,7% superior ao mesmo semestre de 2015.

5.2.3 Eficiência Operacional

A eficiência operacional diz respeito à gestão conjunta das despesas administrativas em contraponto às margens financeiras e receitas de prestação de serviços. Comparando-se o primeiro semestre de 2016 com o mesmo período no ano anterior é possível identificar uma significativa melhoria do desempenho do Banco do Nordeste neste indicador, pois foi alcançado um índice de 76,9% no primeiro semestre deste ano, que é 18,6 pontos percentuais melhor que os 95,5% atingidos no primeiro semestre de 2015.

A melhoria da eficiência teve como principais fatores o aumento das margens financeiras na ordem de R\$ 545,2 milhões, destacando-se o desempenho do Crediamigo e a redução de

Comentário do Desempenho

R\$ 282,0 milhões nos provisionamentos para fazer face ao risco de crédito das operações, em comparação ao mesmo período de 2015. Destaca-se ainda um crescimento de R\$ 22,7 milhões nas Receitas de Prestação de Serviços que atingiram R\$ 1,05 bilhão no primeiro semestre de 2016.

Em relação às despesas administrativas, houve um crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período de 2015, representado por R\$ 204,2 milhões. Além da inflação do período, os seguintes fatores contribuíram para o crescimento das despesas: aumento salarial do último acordo coletivo; aumento de 281 colaboradores no número médio de funcionários ativos; aumento das despesas administrativas e de pessoal decorrentes da expansão da rede de agências; aumento nos custos operacionais decorrentes da ampliação dos programas Crediamigo e Agroamigo. Ressalta-se que ocorreram reduções de despesas em itens importantes da estrutura de custos administrativos, destacando-se: propaganda e publicidade; informações sobre clientes; promoções e relações públicas; doações, patrocínios, baixa de bens e diárias em serviços.

Tabela 8 – Eficiência Operacional (R\$ milhões)

Itens	30.06.15	30.06.16	Variação
Margem Financeira (a)	215,5	760,7	253,0%
Receitas de Prestação de Serviços (b)	1.033,6	1.056,3	2,2%
Despesas Administrativas Totais (c)	1.192,9	1.397,1	17,1%
Eficiência Operacional [c/(a+b)]	95,5%	76,9%	18,6%

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

5.3 Desempenho por Segmento

5.3.1 Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 8,2 bilhões, o que corresponde a 1,7 milhão de operações

No primeiro semestre de 2016, o Banco contratou 253,3 mil financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, alcançando 105% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 68,2% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Comparando o resultado obtido no primeiro semestre de 2016 com o de 2015, houve aumento de 9% no volume de recursos aplicados e na quantidade de operações contratadas no segmento. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia de microcrédito rural (Programa Agroamigo).

5.3.2 Programa de Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar

Comentário do Desempenho

(CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No primeiro semestre de 2016, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 241 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 15,7 milhões, sendo 212 operações no valor total de R\$ 6,5 milhões destinados a aquisições de imóveis rurais (Subprojeto de Aquisição de Terra - SAT) e 29 operações no valor total de R\$ 9,2 milhões referentes ao Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC). Adicionalmente, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 9 operações, no valor total de R\$ 601,5 mil, destinadas à aquisição de imóveis rurais e construção de infraestrutura produtiva.

5.3.3 Pequeno e Miniprodutor Rural

No primeiro semestre de 2016, o Banco do Nordeste contratou 3.532 operações de crédito com os clientes do segmento Pequeno e Mini Produtor Rural, pessoa física, o que representa um aumento de 7% em relação às contratações realizadas no mesmo período de 2015. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 557,4 milhões, superando a meta estabelecida para o período em 22,2%. O incremento em relação ao primeiro semestre de 2015 é de 16%.

5.3.4 Microfinança Rural

O Agroamigo, microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, específica às condições do meio rural, por meio do Pronaf.

No primeiro semestre de 2016, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 998,3 milhões, o que representa um crescimento de 9,6% em relação aos valores contratados no primeiro semestre de 2015. O Programa contratou 242,6 mil operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 3,5 bilhões e mais de 1,05 milhão de clientes, dos quais aproximadamente 990 mil clientes possuem conta-corrente no Banco. O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

5.3.5 Microfinança Urbana

O Crediamigo é o programa de microfinança urbana do Banco do Nordeste. No primeiro semestre de 2016 foram desembolsados R\$ 4,0 bilhões em 2,1 milhões de operações contratadas. Além disso, destacam-se os seguintes resultados obtidos:

- 16,9 mil desembolsos/dia, 2,2% superior que o mesmo período de 2015;
- Inadimplência de 1,5% da carteira ativa (atraso entre 1 e 90 dias);
- Crescimento de 1,7% no valor total contratado e de 3,9% na quantidade de operações.

Comentário do Desempenho

5.3.6 Micro e Pequena Empresa

Em 30.06.2016 no apoio creditício às micro e pequenas empresas o Banco do Nordeste alcançou 7,5 bilhões de reais em saldo total de operações, sendo que apenas no primeiro semestre de 2016 foram atendidas 12.102 empresas e foi contratado R\$ 1,1 bilhão em linhas de crédito de longo e curto prazo.

Neste segmento foram financiados R\$ 953,4 milhões com recursos do FNE em 11.993 operações; foram contratados R\$ 196,9 milhões com 'Recursos Internos' distribuídos em 16.153 operações.

5.3.7 Empresarial

O segmento empresarial é constituído por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões e até R\$ 200,0 milhões. Ao final de junho de 2016, o Banco alcançou o quantitativo de 7.196 clientes, apresentando um incremento de 4,1% em relação à quantidade de clientes existentes ao final de 2015. Em 2016.1, este segmento apresentou os seguintes resultados:

- Contratações de Crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 1,2 bilhão;
- Contratações de Crédito de Curto Prazo e Comércio Exterior no valor de R\$ 751,3 milhões; saldo médio de captação de recursos no valor de R\$ 2,2 bilhões.

5.3.8 Corporate

O segmento Corporate é representado por empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 200,0 milhões e é composto por 653 clientes.

Destacam-se neste semestre os seguintes resultados:

- Contratados R\$ 625.102,1 mil com recursos do FNE;
- R\$ 294.176,5 mil contratados com Recursos Externos e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- R\$ 62,56 milhões contratados em operações de Crédito Comercial;
- R\$ 3,3 bilhões de saldo médio em captação de recursos.

5.3.9 Agronegócio – Pessoa Física

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor. A modalidade de financiamento do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de figurar como mitigador de risco proporciona agilidade na contratação das operações.

No primeiro semestre de 2016, o Banco do Nordeste contratou 220 operações de crédito com recursos do FNE no segmento Agronegócio Pessoa Física. O montante corresponde a R\$ 535,4 milhões no período.

Comentário do Desempenho

5.3.10 Pessoa Física

O Banco do Nordeste disponibiliza uma ampla cesta de produtos e serviços bancários e de crédito destinada aos clientes de Pessoa Física. No primeiro semestre de 2016, o Banco expandiu a sua base de clientes em 9,8%, captou recursos na ordem de R\$ 2,47 bilhões e contabilizou R\$ 309,3 milhões em saldo médio de operações de Crédito Comercial, o equivalente a 96,4% da meta para o período.

5.3.11 Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à administração pública indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

Na posição de 30.06.2016, as operações de crédito e captação de recursos neste segmento, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,4 bilhão em saldo devedor e R\$ 839 milhões em saldo de captações, com uma carteira composta de 1.947 clientes.

6 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Como resultado do trabalho de recuperação de crédito, no 1º semestre de 2016, foi recuperado R\$ 1,13 bilhão em créditos dos quais R\$ 238,1 milhões em espécie. Em quantidade, foi regularizado o total de 61.780 operações, sendo 51.024 operações com a fonte FNE e 10.756 com fonte não FNE. Destaque-se a realização do credenciamento de empresas terceirizadas para prestação do serviço de cobrança extrajudicial de créditos inadimplidos e outras dívidas que possibilitarão sensível melhora na recuperação de créditos inadimplidos.

Quadro 1 - Regularização de Dívidas (R\$ milhões)

Vr. Reneg.	Vr. em Espécie	Resultado Reg. Dívida	Meta Anual Reg. Dívida	Desemp. Meta Reg. Dívida	Meta Anual Recup. Créd. em Espécie	Desemp. Meta Recup. Créd. em Espécie
892,7	238,1	1.130,8	2.600,0	43,49%	546,0	43,62%

Fonte: Ambiente de Recuperação de Crédito – Banco do Nordeste (2016)

O Banco aguarda a regulamentação da MP-733, editada em 14.06.2016, para iniciar às renegociações ao amparo desse dispositivo. Essa medida provisória autoriza a concessão de rebate para liquidação de dívidas de crédito rural, que pode atingir até 95%, e a repactuação de dívidas rurais, com prazo de dez anos, bônus de adimplência diferenciado e encargos financeiros variáveis de 0,5% a 3,5% ao ano.

Objetivando adequar sua política de recuperação de crédito às práticas de mercado, o Banco do Nordeste realizou o credenciamento de empresas terceirizadas para prestação do

Comentário do Desempenho

serviço de cobrança extrajudicial de créditos inadimplidos e outras dívidas. O processo foi finalizado com a habilitação de 38 empresas e aguarda conclusão de sistema específico para gerenciamento da cobrança extrajudicial.

7 RELACIONAMENTOS

7.1 Relacionamento com cliente

O relacionamento com o cliente no Banco do Nordeste alicerça-se nos canais de atendimento presencial (agências e unidades de atendimento de microcrédito) e atendimento remoto (ouvidoria, centro de relacionamento, *internet banking*). A gestão do relacionamento com o cliente envolve ações visando melhorar e ampliar os canais de atendimento, a gestão da marca, os patrocínios, os convênios, a ouvidoria e o processo de crédito.

Em relação à expansão dos canais de atendimento, foram inauguradas 11 (onze) agências e 4 (quatro) foram realocadas, e mantidas as obras de construção de mais 14 agências, elevando de 296 para 307 unidades de negócios. Os pontos de atendimento físicos totalizam 982 unidades, considerando agências e as unidades de atendimento de microcrédito.

As transações bancárias realizadas no 1º semestre de 2016 somaram 22,4 milhões, 39% utilizaram canais digitais (*internet e mobile banking*), 30% ocorreram no autoatendimento (próprio e compartilhado) e 7% foram realizadas em POS (*Points of Sales* – compras no cartão). Apenas 24% das transações ocorreram nas agências.

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 921.883 atendimentos no 1º semestre de 2016, representando 11,17% a mais do que no 1º semestre de 2015, prestando serviços de orientação empresarial voltada para negócios, administração de crédito, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e atendimento eletrônico.

A pesquisa de satisfação eletrônica realizada com os clientes que contataram o SAC e o canal transacional do Banco em 1º nível obteve nota 95,58.

A Ouvidoria do Banco do Nordeste cumpriu seu papel de prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de seus produtos e serviços, atuando como canal de comunicação entre esse público e a instituição, inclusive no que tange a mediação de conflitos, em conformidade com o disposto na Resolução CMN/BACEN nº 4433/2015.

O Banco do Nordeste alcançou no mês de junho/2016 a melhor colocação no *ranking* de instituições por índice de reclamações do Banco Central do Brasil, no segmento de bancos e financeiras com mais de dois milhões de clientes.

7.2 Relacionamento com a Sociedade

Uma gestão compartilhada, por meio de um diálogo contínuo com todas as partes interessadas, é importante para qualquer empresa. Seja para obter o apoio dos diversos atores para o cumprimento de sua missão ou para entender o que o ambiente externo

Comentário do Desempenho

espera da empresa, é necessário conhecer quem são esses públicos que impactam ou que são afetados pela ação do Banco do Nordeste.

O relacionamento com a sociedade é uma função que consiste no conhecimento e na conciliação de interesses da organização com os seus diversos públicos de relacionamento para o cumprimento da sua missão. Para isso, interage com uma grande quantidade de instituições e pessoas. Essa interação faz-se imprescindível para agir em conjunto, compartilhar conhecimentos, construir e aproveitar oportunidades, neutralizar ameaças e traçar as estratégias organizacionais da Instituição. A segmentação dos públicos de relacionamento do Banco, utilizada em sua comunicação externa, contempla os seguintes grupos: clientes, acionistas, público interno, fornecedores, sociedade e comunidade, governo, instituições de desenvolvimento e indústria bancária.

Assim, a grande maioria dos colaboradores atende, mantém contatos e negocia com diversos públicos no seu dia a dia. Seja em pequenas transações ou em grandes negociações com outras pessoas e organizações, há sempre interesses envolvidos que precisam ser harmonizados. Estar atento a essas questões é importante para que o Banco possa atendê-las, criando valor, ou possa reduzir choques de interesses que divirjam com seus propósitos.

O orçamento do Banco para patrocínio em 2016 é de R\$ 7,8 milhões, sendo R\$ R\$ 3,8 para projetos culturais enquadrados nas Leis de Incentivo à Cultura, e R\$ 4,0 milhões para projetos mercadológicos, institucionais e culturais com verba orçamentária. Foram liberados no primeiro semestre de 2016 recursos de R\$ 1,1 milhão para 80 projetos.

Tabela 9 – Projetos patrocinados, por modalidade e fonte – 1º Sem. 2016

Recursos Orçamentários	Edital Merc./Inst. 2015	332.837,58	30
	Escolha Direta	677.371,50	47
		1.010.209,08	77
Leis de Incentivo	Edital Cultural 2015	75.000,00	2
	Escolha Direta	30.000,00	1
		105.000,00	3
Total geral		1.115.209,08	80

Fonte: Ambiente de Marketing – Banco do Nordeste (2016)

Foram lançados no primeiro semestre, dois editais para seleção de projetos. No edital mercadológico/institucional foram selecionados 125 projetos, no valor de R\$ 2.179.000,00, para contratação no período entre junho de 2016 a junho de 2017.

A seleção pública de projetos culturais com enquadramento na Lei *Roaunet* encontra-se na fase de pré-seleção de projetos, e serão selecionados projetos para contratação em 2016 e 2017.

7.3 Relacionamento com empregados

O Banco do Nordeste, na posição de 30 de junho de 2016 possui 7.225 empregados. Destaca-se a oportunidade dada a diversos jovens, com base na Lei da Aprendizagem

Comentário do Desempenho

Profissional nº 10.097 e na Lei de Estágio nº 11.788, para promover a formação técnico-profissional dos 392 Bolsistas de Nível Médio, 697 Bolsistas de Nível Superior e 277 Jovens Aprendizizes existentes em seu quadro.

Neste período, a Universidade Corporativa ofertou e realizou 22.883 oportunidades de capacitação, entre programas de educação à distância, cursos presenciais e educação formal. Além disto, 100 novas oportunidades de educação formal, das quais 40 para programas de graduação, 55 para especialização e *Master of Business Administration* (MBA) e 5 para Mestrado foram disponibilizadas aos funcionários do Banco.

Para atender à regulamentação do Banco Central do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Banco conta com 3.576 empregados com a Certificação Profissional CPA-10 e 621 com a CPA-20.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou 99,60% dos seus empregados até junho de 2016.

Em 30 de junho de 2016 foi aperfeiçoada a Política de Concorrência Interna. Trata-se de um marco, pois uma política delineada permite que o processo seja executado de forma mais transparente e meritocrática.

7.4 Relacionamento com fornecedores e parceiros

O Banco adaptou seus editais e contratos administrativos, que tratam de compras de produtos e serviços, adotando cláusulas com exigência de observância, pela empresa contratada, de procedimento de vedação de nepotismo, em continuidade aos processos de integridade e conduta ética.

8 TECNOLOGIA

Por meio do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) é realizado o planejamento das ações e inversões necessárias para a manutenção e modernização do parque tecnológico do Banco do Nordeste (*software e hardware*). O montante do orçamento realizado totalizou, no 1º semestre ano de 2016, R\$ 102,7 milhões, sendo R\$ 96,5 milhões em despesas e R\$ 6,2 milhões em investimentos.

Destacam-se as seguintes atividades executadas neste semestre:

- Implantação do Projeto de Gerenciamento de Capacidade e Disponibilidade;
- Encerramento do Plano de Estabilização de Sistemas e de Infraestrutura (Pesi);
- Início do projeto de Adoção de Metodologias Ágeis;
- Conclusão de 11 projetos voltados para soluções de suporte aos negócios do Banco, dentre os quais: NEL *Mobile* 2.0; Controle de Jornada; Automatização das Movimentações Financeiras - SICONV e Cadastro Positivo.

Comentário do Desempenho

9 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

9.1 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Capef administra um patrimônio, ao final do primeiro semestre de 2016, de R\$ 3,90 bilhões, com 12.036 participantes e beneficiários assistidos em dois planos previdenciários: Plano BD e Plano CVI.

O Plano BD, com patrimônio de R\$ 3,42 bilhões, encerrou o primeiro semestre de 2016 com 1.754 participantes ativos, 3.703 aposentados e 1.181 pensionistas e obteve, no mesmo período, uma rentabilidade de 7,83% equivalente a 99,11% da sua meta atuarial de 7,90% (INPC + 5,50% ao ano). O principal motivo do não alcance da meta, nesse período, deveu-se à diferença ocorrida entre a variação do índice que corrige a meta atuarial (INPC – 5,09%) e o índice que corrige os principais títulos da carteira de investimentos do plano (IPCA – 4,42%).

O Plano CV I, com patrimônio de R\$ 487 milhões, possui um público de 5.291 participantes ativos, 91 aposentados e 16 pensionistas, o qual representa um percentual de 78% de adesão de todo o seu público-alvo. No período de janeiro a junho de 2016, esse plano obteve uma rentabilidade de 8,18%, equivalente a 113,61% de sua meta atuarial de 7,20% (IPCA + 5,50% ao ano). Esse resultado foi alcançado devido à estratégia de alocação dos investimentos em títulos públicos indexados ao IPCA, com taxas acima da meta atuarial.

9.2 Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Camed

A Caixa de Assistência, criada em 1979, faz parte da política de recursos humanos do Banco do Nordeste e é integrante do Grupo Camed, que conta ainda com a Camed Corretora de Seguros e a Creche Paulo VI.

A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.001 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, além do Distrito Federal. A receita operacional acumulada da Camed Saúde nos seis primeiros meses de 2016 foi de R\$ 93,4 milhões, com crescimento de 11% se comparado com o mesmo período do ano de 2015.

A Camed Corretora está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, e encerrou o primeiro semestre de 2016 com previsão de R\$ 16,4 milhões em receita de comissão, 6% de crescimento sobre igual período de 2015.

10 INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro semestre de 2016, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Notas Explicativas

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido: contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de títulos e valores mobiliários, de instrumentos financeiros derivativos, de item objeto de hedge e sobre a provisão para a ação trabalhista de equiparação de funções ao Banco do Brasil.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", plano de assistência médica, do tipo "benefício definido" e seguro de vida em grupo, do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 –

Notas Explicativas

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os Juros sobre o Capital Próprio(JCP) poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os semestres findos em 30.06.2016 e 30.06.2015.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

6

Especificação	01.01 a 30.06.2016		01.01 a 30.06.2015		Total
	Carteira Própria	FNE	Carteira Própria	FNE	
Receitas	2.338.651	1.527.593	2.378.173	1.172.297	3.550.470
Receitas de Operações de Crédito	1.041.458	-	1.021.123	-	1.021.123
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	789.410	906.347	790.881	573.740	1.364.621
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(255.902)	-	230.023	-	230.023
Resultado de Operações de Câmbio	43.137	-	145.870	-	145.870
Resultado de Aplicações Compulsórias	20.802	-	10.854	-	10.854
Outras Receitas	699.746	621.246	179.422	598.557	777.979
Despesas	(1.040.798)	(1.324.715)	(1.860.102)	(1.062.064)	(2.922.166)
Despesas de Captação no Mercado	(686.500)	-	(964.089)	-	(964.089)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(12.976)	(894.309)	(353.189)	(547.914)	(901.103)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(341.322)	(428.811)	(541.898)	(513.804)	(1.055.702)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	(947)	(926)	-	(926)
Provisão Proaquo a Receber	-	(648)	-	(346)	(346)
Margem Financeira	1.297.853	202.878	518.071	110.233	628.304
Rendas de Prestação de Serviços	205.849	867.180	198.869	855.907	1.054.776
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	29.345	-	23.879	-	23.879
Paspap e Cofins	(54.414)	(73.870)	(41.627)	(71.901)	(113.528)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.478.633	996.188	699.192	894.239	1.593.431
Despesas Administrativas					(1.194.183)
Despesas de Pessoal					(731.165)
Depreciação e Amortização					(20.107)
Outras Despesas Administrativas					(442.911)
Outras Despesas					(253.757)
Despesas de Provisões, exceto Crédito					(46.351)
Lucro antes da Tributação e Participações					99.140
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro					92.213
Participações no Lucro					(33.225)
Lucro Líquido					158.128

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades em Moeda Nacional	144.423	169.664
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	89.055	31.550
Total da Disponibilidade de Caixa	233.478	201.214
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	8.403.793	9.451.111
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.637.271	9.652.325

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.477.049	9.515.682
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	8.403.793	9.451.111
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	73.256	64.571
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	91.097
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	91.097
Total	8.477.049	9.606.779
Saldo de Curto Prazo	8.477.049	9.606.779

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	632.339	494.706
Posição Bancada	627.877	489.775
Posição Financiada	4.462	4.931
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	-	1.290
Total	632.339	495.996

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Títulos Disponíveis para Venda	17.870.579	14.014.168
Títulos Mantidos até o Vencimento	179.849	166.530
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	374.454	769.243
Total	18.424.882	14.949.941
Saldo de Curto Prazo	2.464.678	5.958.963
Saldo de Longo Prazo	15.960.204	8.990.978

Notas Explicativas

8

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2016										Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	-	18.240.735	15.382.330	17.538.151	(702.584)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	17.812	1.853.037	12.279.627	14.162.108	14.150.476	(11.632)	(11.632)	2016 a 2022			
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.466.176	1.504.102	1.466.176	(37.926)	(37.926)	2050			
Letras Financeiras	-	-	141.023	127.603	1.555.667	1.870.108	1.824.293	(45.815)	(45.815)	2016 a 2019			
Debêntures	-	-	16.216	-	75.199	665.613	91.415	(574.198)	(574.198)	2016 a 2035			
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.342	5.323	5.342	19	19	2027			
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	32.882	-	(32.882)	(32.882)	1993			
Títulos da Dívida Agrária	-	-	25	105	319	599	449	(150)	(150)	2016 a 2022			
Cotas de Fundos de Investimentos	302	-	-	-	-	1.829	302	(1.527)	(1.527)	Sem Vencimento			
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.527	-	(1.527)	(1.527)	Sem Vencimento			
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	291	-	-	-	-	291	291	-	-	Sem Vencimento			
Fundo de Garantia de Operações - FGO	11	-	-	-	-	11	11	-	-	Sem Vencimento			
Títulos de Renda Variável	18.448	-	-	-	-	8.745	18.448	9.703	9.703	Sem Vencimento			
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	62	-	-	-	-	163	62	(101)	(101)	Sem Vencimento			
Ações de Companhias Abertas	18.386	-	-	-	-	8.582	18.386	9.804	9.804	Sem Vencimento			
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	25.333	264.774	23.571	314.324	313.678	(646)	(646)	(646)	Sem Vencimento			
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	264.774	3.522	268.297	268.296	268.296	(1)	(1)	2017 a 2020			
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	832	-	(832)	(832)	1993			
Debêntures	-	-	-	-	20.049	19.888	20.049	161	161	2019			
Letras Financeiras	-	-	25.333	-	-	25.307	25.333	26	26	2016			
Total da Categoria	18.750	-	200.409	2.245.519	15.405.901	18.565.633	17.870.579	(695.054)	(695.054)				
Crédito Tributário (Nota 21.c)								299.661	299.661				
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(4.886)	(4.886)				
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(400.279)	(400.279)				

Notas Explicativas

9

Especificação	30.06.2015										Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	-	5.250.241	80.641	8.318.102	14.089.476	13.648.984	(440.492)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.079.346	-	5.035.668	10.115.240	10.115.014	(226)				2015 a 2021	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.342.220	1.378.860	1.342.220	(36.640)				2050	
Letras Financeiras	-	170.865	80.641	1.585.808	1.897.185	1.837.314	(59.871)				2015 a 2019	
Debêntures	-	-	-	348.533	662.673	348.533	(314.140)				2016 a 2035	
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	5.744	5.729	5.744	15				2027	
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	29.553	-	(29.553)				1993	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	30	-	129	159	(77)				2015 a 2022	
Cotas de Fundos de Investimentos	275	-	-	-	1.722	275	(1.447)					
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	262	-	-	-	1.447	-	(1.447)				Sem Vencimento	
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	13	-	-	-	262	262	-				Sem Vencimento	
Fundo de Garantia de Operações - FGO	8.523	-	-	-	13	13	-				Sem Vencimento	
Títulos de Renda Variável	125	-	-	-	8.745	8.523	(222)					
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	8.398	-	-	-	163	125	(38)				Sem Vencimento	
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	8.582	8.398	(184)				Sem Vencimento	
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	210.357	-	146.029	368.512	356.386	(12.126)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	210.357	-	141.332	351.692	351.689	(3)				2015 a 2020	
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	748	-	(748)				1993	
Debêntures	-	-	-	4.697	16.072	4.697	(11.375)				2035	
Total da Categoria	8.798	5.460.598	80.641	8.464.131	14.468.455	14.014.168	(454.287)					
Crédito Tributário (Nota 21.b)							182.466					
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)							(751)					
Total do Ajuste a Valor de Mercado							(272.572)					

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 215.669 (R\$ 188.805 em 30.06.2015); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.450 (R\$ 2.133 em 30.06.2015); Garantias em Processos Judiciais R\$ 73.330 (R\$ 145.967 em 30.06.2015); e Demais Garantias R\$ 22.229 (R\$ 19.481 em 30.06.2015).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 695.054) ((R\$ 454.287) em 30.06.2015). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 400.279) ((R\$ 272.572) em 30.06.2015).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2016						Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento				Acima de 360 dias	Valor de Custo (Contábil)		
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	179.849	179.849	130.013	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	150.126	150.126	100.290	
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.676	10.676	2030	
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	6.297	6.297	2017	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	12.547	12.547	2023	
Nordeste III FIP	-	-	-	-	203	203	2018	
Total da Categoria	-	-	-	-	179.849	179.849	130.013	

Especificação	30.06.2015						Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento				Acima de 360 dias	Valor de Custo (Contábil)		
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	474	166.056	166.530	102.334	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	474	-	474	2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	138.588	138.588	2030	
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	12.088	12.088	2017	
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	1.335	1.335	2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.480	13.480	2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	-	565	565	2022	
Total da Categoria	-	-	-	474	166.056	166.530	102.334	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2016 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	632.339	494.706
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	-	1.290
Títulos de Renda Fixa	1.062.910	868.096
Títulos de Renda Variável	508	529
Total	1.695.757	1.364.621

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2016, o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas "Diferencial a Pagar" e "Diferencial a Receber", conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2016								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	374.454	-	377.270	-	16	-	2.832
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	374.454	-	377.270	-	16	-	2.832
Crédito Tributário (Nota 21.b)								1.132
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								6

Composição em 30.06.2015								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	769.243	-	762.326	-	14.972	8.055	6.917
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	769.243	-	762.326	-	14.972	8.055	6.917
Crédito Tributário (Nota 21.b)								3.223
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								5.989

Especificação	30.06.2016		30.06.2015	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	374.454	-	408.452	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	-	-	360.791	-
Total	374.454	-	769.243	-

Notas Explicativas

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2016				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	969.610	592.340	966.793	592.340	(2.817)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	969.728		966.796		(2.932)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)					1.173

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 969, sobre os juros da operação.

Especificação	30.06.2015				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.872.546	1.110.222	1.879.463	1.110.222	6.917
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.872.995		1.879.526		6.531
Crédito Tributário (Nota 21.b)					2.613

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.633, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
<i>Swap</i>	(255.902)	230.023
Total	(255.902)	230.023

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2016			30.06.2015		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	84.523	-	84.523	112.311	-	112.311
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	95.365	-	95.365	48.958	-	48.958
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	74.642	(12.969)	61.673	69.429	(12.656)	56.773
Tesouro Nacional - Crédito Rural	621	(621)	-	661	(557)	104
Total	255.151	(13.590)	241.561	231.359	(13.213)	218.146
Saldo de Curto Prazo	180.024	(136)	179.888	161.913	(557)	161.356
Saldo de Longo Prazo	75.127	(13.454)	61.673	69.446	(12.656)	56.790

Notas Explicativas

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.555	8.758
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.579	2.196
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	38	30
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	14.630	(130)
Total	20.802	10.854

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2016		30.06.2015	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	12.424.247	(1.010.588)	13.080.586	(1.091.895)
Curto Prazo	5.378.613	(487.041)	5.886.323	(740.283)
Longo Prazo	7.045.634	(523.547)	7.194.263	(351.612)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	763.399	(192.994)	773.694	(149.352)
Curto Prazo	760.894	(192.994)	766.126	(149.352)
Longo Prazo	2.505	-	7.568	-
Total	13.187.646	(1.203.582)	13.854.280	(1.241.247)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Adiantamentos a Depositantes	868	1.770
Empréstimos	5.464.910	5.922.965
Títulos Descontados	52.387	69.482
Financiamentos	2.307.334	2.247.626
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	9.243	296.884
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	524.769	436.194
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.839.855	1.681.337
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.224.638	2.424.085
Subtotal de Operações de Crédito	12.424.247	13.080.586
Avais Fianças Honrados	-	100
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.829	20.454
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.059	5.243
Títulos e Créditos a Receber	208.948	43.643
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	517.563	704.254
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	763.399	773.694
Total	13.187.646	13.854.280

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Empréstimos e Títulos Descontados	567.021	402.254
Financiamentos	294.191	456.628
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	134.420	102.123
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	45.738	59.671
Avais e Fianças Honrados	-	1
Outros Valores	88	446
Total	1.041.458	1.021.123

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Typo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
Rural	7.752	1.671	1.305	5.928	10.963	1.753.529	1.781.148	1.620.652
Indústria	64.407	62.489	79.459	187.673	270.043	1.962.559	2.626.630	2.872.982
Governo	15.034	15.034	36.024	50.153	111.194	1.190.372	1.417.811	1.450.702
Outros Serviços	328.572	99.720	85.371	257.079	407.809	1.297.186	2.475.737	2.601.615
Comércio	751.718	618.958	510.967	961.934	475.722	603.341	3.922.640	4.207.783
Intermediários Financeiros	38	8	8	24	47	114	239	568
Habitação	159	50	35	58	45	435	782	296
Pessoas Físicas	29.300	12.064	9.115	14.245	16.122	19.432	100.278	50.332
Total	1.196.980	809.994	722.284	1.477.094	1.291.945	6.826.968	12.325.265	12.804.930

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Typo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	25	5	9	685	418	2.813	3.955	23.395
Indústria	5.565	5.210	4.786	13.392	23.059	70.476	122.488	111.706
Outros Serviços	8.251	7.743	7.148	19.371	33.372	76.688	152.573	305.733
Comércio	20.040	16.465	13.452	31.522	45.480	70.765	197.724	309.871
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	26
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	536	486	479	665	642	1.113	3.921	666
Total	34.417	29.909	25.874	65.635	102.971	221.855	480.661	751.397

Typo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas								
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
Rural	-	70	41	773	3.833	1.891	44.192	50.800	51.066
Indústria	1.951	6.259	5.438	4.528	11.802	8.963	488	39.429	44.644
Outros Serviços	3.206	10.856	65.604	9.828	17.848	36.395	196	143.933	72.959
Comércio	4.032	13.424	20.595	16.246	35.275	39.347	168	129.087	121.377
Intermediários Financeiros	-	-	38	-	-	-	-	38	3
Habitação	-	47	-	7	105	312	-	471	-
Pessoas Físicas	54	1.576	2.143	2.023	4.474	7.681	11	17.962	7.904
Total	9.243	32.232	93.859	33.405	73.337	94.589	45.055	381.720	297.953

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2016				30.06.2015			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.820.512	-	4.820.512	-	4.934.745	-	4.934.745	-
A	4.087.421	-	4.087.421	(20.437)	4.790.284	-	4.790.284	(23.951)
B	2.045.846	54.325	2.100.171	(21.002)	2.378.750	65.422	2.444.172	(24.442)
C	311.298	165.642	476.940	(14.308)	94.497	75.329	169.826	(5.095)
D	286.087	68.191	354.278	(35.428)	86.444	82.028	168.472	(16.847)
E	107.738	56.322	164.060	(49.218)	59.571	70.450	130.021	(39.006)
F	67.770	64.380	132.150	(66.075)	15.712	72.635	88.347	(44.173)
G	100.406	82.926	183.332	(128.332)	98.279	37.321	135.600	(94.920)
H	498.186	370.595	868.782	(868.782)	346.648	646.165	992.813	(992.813)
Total	12.325.264	862.381	13.187.646	(1.203.582)	12.804.930	1.049.350	13.854.280	(1.241.247)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	1.127.873	890.703
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	341.166	541.824
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(265.457)	(191.280)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.203.582	1.241.247
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.804	46.458
(+) Provisão Líquida no Período	287	150
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(132)	(75)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.959	46.533
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.250.541	1.287.780

Notas Explicativas

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	338.833	409.441
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	19.501	132.383
(+) Reversão de Provisões Operacionais	(17.168)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	341.166	541.824
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	194	74
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(38)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	341.322	541.898

f) No 1º Semestre de 2016 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 45.738 (R\$ 59.671 em 30.06.2015) e as renegociações importaram em R\$ 904.098 (R\$ 104.794 em 30.06.2015).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2016, um efeito positivo no valor de R\$ 3.541 (R\$ 16.180 em 30.06.2015), a seguir demonstrado. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Efetivação de Rendas	2.399	8.605
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	1.624	9.775
Despesas com Deságios	(22)	(221)
Efeito Líquido de Provisões	(460)	(1.979)
Total	3.541	16.180

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
a) Crédito por Avais e Fianças Honrados	-	100
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	604.342	892.144
c) Rendas a Receber	31.688	32.878
d) Negociação e Intermediação de Valores	12	4
e) Diversos	3.154.125	2.524.873
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.529.713	1.192.217
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	300.795	188.301
Devedores por Depósitos em Garantia	671.390	767.140
Impostos e Contribuições a Compensar	144.911	145.453
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	208.948	43.643
Adiantamentos e Antecipações Salariais	33.127	28.148
Pagamentos a Ressarcir	13.155	11.106
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	-	11
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	2	17
Outros Valores	225.336	122.089
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(239.953)	(195.885)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(192.994)	(149.352)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.959)	(46.533)
Total	3.550.214	3.254.114
Saldo de Curto Prazo	2.773.463	2.775.856
Saldo de Longo Prazo	776.751	478.258

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Ativo – Outros Créditos	604.342	892.144
Câmbio Comprado a Liquidar	565.781	864.052
Direitos sobre Vendas de Câmbio	7.457	10.341
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(2.724)	(2.703)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.828	20.454
Ativo Circulante (Nota 10.b)	604.342	892.144
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	10.557	15.657
Obrigações por Compras de Câmbio	520.842	709.671
Câmbio Vendido a Liquidar	7.277	10.239
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(517.563)	(704.254)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	10.557	15.657

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Rendas de Câmbio	43.908	146.253
Despesas de Câmbio	(771)	(383)
Total	43.137	145.870

Notas Explicativas

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 30.06.2016				30.06.2016		30.06.2015	
	Saldo Contábil	652	Adições	Exclusões	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	652
Ações e Cotas	1.214	652	-	-	652	652	652	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.866	1.214	32	-	1.246	1.246	1.246	1.246	1.227	1.227
Total	1.866	1.866	32	-	1.898	1.898	1.898	1.898	1.879	1.879

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 30.06.2016				30.06.2016		30.06.2015	
	Saldo Contábil	91.421	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	96.392
			Adições	Exclusões						
Edificações	91.421	1.674	-	(5.103)	87.992	260.083	87.992	260.083	87.992	96.392
Sistema de Processamento de Dados	60.804	9.231	(2.493)	(11.298)	56.244	147.298	56.244	147.298	56.244	56.472
Móveis e Equipamentos	28.000	6.863	(1.024)	(2.750)	31.089	76.543	31.089	76.543	31.089	26.784
Terrenos	17.631	-	-	-	17.631	17.631	17.631	17.631	17.631	17.025
Instalações	4.933	1.922	(2)	(669)	6.184	21.110	6.184	21.110	6.184	5.534
Sistema de Comunicação	49	14	(4)	(8)	51	327	51	327	51	60
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Segurança	8.689	959	(379)	(833)	8.436	20.648	8.436	20.648	8.436	8.073
Sistema de Transporte	4.449	-	-	(703)	3.746	14.364	3.746	14.364	3.746	5
Total	215.976	20.663	(3.902)	(21.364)	211.373	558.004	211.373	558.004	211.373	210.345

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Houve reversão de depreciação no valor de R\$ 4.444.

c) Diferido

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 30.06.2016				30.06.2016		30.06.2015	
	Saldo Contábil	37	Adições	Exclusões	Amortização	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	73
Gastos em Imóveis de Terceiros	37	-	-	-	(34)	3	284	(281)	3	73
Total	37	-	-	-	(34)	3	284	(281)	3	73

d) Intangível

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 30.06.2016				30.06.2016		30.06.2015	
	Saldo Contábil	16.610	Adições	Exclusões	Amortização	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.610	446	-	-	-	17.056	17.056	17.056	17.056	16.610
Total	16.610	446	-	-	-	17.056	17.056	17.056	17.056	16.610

e) No semestre, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
Depósitos a Vista	328.953	-	-	-	-	-	328.953	220.601
Depósitos a Vista	328.953	-	-	-	-	-	328.953	214.743
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	5.858
Depósitos de Poupança	1.866.819	-	-	-	-	-	1.866.819	1.896.302
Depósitos Interfinanceiros	770.098	316.522	131.431	10.553	-	-	1.228.604	1.282.124
Depósitos a Prazo	876.260	1.397.486	2.310.878	772.455	1.261.943	50.894	6.669.916	8.129.852
Depósitos a Prazo	359.404	1.356.445	1.834.866	642.459	1.137.344	50.894	5.381.412	6.345.904
Depósitos Judiciais com Remuneração	492.121	-	-	-	-	-	492.121	893.716
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	391.015	56.034	56.035	-	503.084	514.064
FAT- Recursos Disponíveis	13.362	13.204	1.496	1.351	1.687	-	31.100	32.361
FAT- Recursos Aplicados	10.844	27.837	83.501	72.357	66.877	-	261.416	343.062
Outros	529	-	-	254	-	-	783	745
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	49.536	222.308	-	960.008	-	-	1.231.852	2.062.726
Eurobonds	7.757	-	-	960.008	-	-	967.765	1.881.159
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	41.779	222.308	-	-	-	-	264.087	181.567
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	-	-	-	-	-	1.396.357
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	-	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.898.225	1.898.225	1.691.087
Total	3.891.666	1.936.316	2.442.309	1.743.016	1.261.943	2.949.119	14.224.369	16.679.049
Saldo de Curto Prazo							8.396.389	6.788.261
Saldo de Longo Prazo							5.827.980	9.890.788

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Depósitos a Vista	328.953	220.601
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	-	5.858
Depósitos de Governos	4.410	14.455
Depósitos Vinculados	176.640	117.825
Pessoas Jurídicas	104.384	57.224
Pessoas Físicas	41.834	20.565
Outros Valores	1.685	4.674
Depósitos de Poupança	1.866.819	1.896.302
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.323.536	1.280.664
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	542.474	614.765
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	809	873
Depósitos Interfinanceiros	1.228.604	1.282.124
Depósitos a Prazo	6.669.916	8.129.852
Depósitos a Prazo	5.381.412	6.345.904
Depósitos Judiciais com Remuneração	492.121	893.716
Outros Depósitos a Prazo	796.383	890.232
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	292.516	375.423
Recursos Disponíveis (Nota 27)	31.100	32.361
Proger Urbano	2.302	3.938
Protrabalho	520	492
Infraestrutura	23.826	26.803
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	4.452	1.128
Recursos Aplicados (Nota 27)	261.416	343.062
Proger Urbano	14.799	21.406
Protrabalho	69.700	83.028
Infraestrutura	79.206	117.837
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	97.711	120.791
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	503.084	514.064
Outros Valores	783	745
Total	10.094.292	11.528.879
Saldo de Curto Prazo	5.556.136	5.620.477
Saldo de Longo Prazo	4.538.156	5.908.402

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Carteira Própria	1.130.882	1.789.482
Letras Financeiras do Tesouro	1.130.882	1.789.482
Carteira de Terceiros	73.255	64.571
Notas do Tesouro Nacional	73.255	64.571
Total	1.204.137	1.854.053
Saldo de Curto Prazo	1.156.103	1.735.149
Saldo de Longo Prazo	48.034	118.904

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.06.2016	01.01. a 30.06.2015
Despesas de Captações	(576.081)	(860.194)
Depósitos a Prazo	(351.028)	(363.901)
Depósitos de Poupança	(55.408)	(51.744)
Depósitos Judiciais	(34.156)	(40.852)
Depósitos Interfinanceiros	(27.068)	(28.192)
Depósitos Especiais	(44.890)	(41.185)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(57.599)	(327.789)
Outros Depósitos	(5.932)	(6.531)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(110.419)	(103.895)
Carteira de Terceiros	(4.462)	(4.914)
Carteira Própria	(105.957)	(98.981)
Total	(686.500)	(964.089)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
Empréstimos no Exterior	234.036	372.782	-	-	-	-	606.818	1.136.037
Repasses do País	40.224	112.600	340.133	371.321	641.974	212.431	1.718.683	1.691.912
Repasses do Exterior	23.981	115.130	243.046	243.045	195.213	-	820.415	923.815
Total	298.241	600.512	583.179	614.366	837.187	212.431	3.145.916	3.751.764
Saldo de Curto Prazo							898.753	1.421.532
Saldo de Longo Prazo							2.247.163	2.330.232

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2016	30.06.2015
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	606.818	1.136.037
Total		606.818	1.136.037
Saldo de Curto Prazo		606.818	1.136.037
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2016	30.06.2015
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	444	605
BNDES		1.588.722	1.537.046
Programa de Operações Conjuntas – POC		1.201.075	1.187.511
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Varição Cambial + 2,00 a 4,00	387.647	349.535
Finame		129.517	154.261
Programa Automático		107.952	134.701
Programa Agrícola	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Varição Cambial + 2,00 a 4,00	21.565	19.560
Total (Nota 29.a.1)		1.718.683	1.691.912
Saldo de Curto Prazo		152.824	151.710
Saldo de Longo Prazo		1.565.859	1.540.202

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2016	30.06.2015
BID-Prodetur I	USD + 3,99	325.793	404.738
BID-Prodetur II	USD + 1,85	487.433	511.224
BID-Outros Programas	USD + 1,85	7.189	7.853
Total		820.415	923.815
Saldo de Curto Prazo		139.111	133.785
Saldo de Longo Prazo		681.304	790.030

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2016	01.01. a 30.06.2015
Despesas de Obrigações por Repasses	(95.402)	(222.113)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(82.012)	(68.839)
Tesouro Nacional	(16)	(46)
BNDES	(79.051)	(65.762)
Finame	(2.945)	(3.031)
Despesas de Repasses do Exterior	(13.390)	(153.274)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(10.794)	(196.501)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(801.089)	(482.489)
Total	(907.285)	(901.103)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2016 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2016 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2015 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	-	-	928.134
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	970.697	967.765	953.025
Total				600.000	970.697	967.765	1.881.159
Saldo de Curto Prazo						7.757	943.848
Saldo de Longo Prazo						960.008	937.311

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2016	30.06.2015
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	86,45 do CDI	251.999	264.087	181.567
Saldo de Curto Prazo			264.087	27.116
Saldo de Longo Prazo			-	154.451

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 216 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.894	55.054
Recursos do Proagro	364	-
Recebimento de Tributos Federais	39.382	51.822
IOF a Recolher	2.575	2.346
Outros Tributos e Assemelhados	1.573	886
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	10.557	15.657
c) Sociais e Estatutárias	70.220	47.063
Dividendos e Bonificações a Pagar	54.419	38.306
Participações nos Lucros	15.801	8.757
d) Fiscais e Previdenciárias	423.966	327.462
Provisão para Riscos Fiscais	59.559	44.511
Impostos e Contribuições	1.196	2.243
Causas Fiscais (Nota 22.i.1)	58.363	42.268
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	107.253	55.604
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.c)	4.892	6.740
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	3.176	4.373
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.c)	99.185	44.491
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	167.735	160.918
Imposto de Renda	91.604	98.641
Contribuição Social ⁽¹⁾	76.131	62.277
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	89.419	66.429
e) Negociação e Intermediação de Valores	693	101
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.179.887	10.524.468
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	14.216.345	9.584.380
Outros Valores	963.542	940.088
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	-	1.396.357
h) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.000.000	-
i) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.898.225	1.691.087
j) Diversas	5.281.118	4.388.299
Provisão para Passivos Contingentes	3.370.670	2.802.842
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	222.346	237.757
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	150.212	153.653
Outras Causas (Nota 22.i.vi)	760	703
FNE (Nota 22.i.2.i)	2.962.289	2.388.678
Repasse	1.020	1.034
Risco Integral BNB	145.556	122.202
Risco Compartilhado	2.815.713	2.265.442
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	671	1.089
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	1.110	2.913
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	33.282	18.049
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.633.226	1.397.893
Benefícios a Empregados	1.199.704	1.172.343
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	347.880	315.367
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	787.682	805.055
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 29.a.2)	64.142	51.922
Despesa de Pessoal	209.494	180.108
Outros Valores	46.563	45.441
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	72.515	-
Encargos Remuneratórios de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	104.950	-
Outros Valores	277.222	187.564
Total	23.908.560	18.445.548
Saldo de Curto Prazo	6.329.246	4.791.109
Saldo de Longo Prazo	17.579.314	13.654.439

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2016	30.06.2015
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	-	1.396.357
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 28.a.1)	1.000.000			1.000.000	-
Saldo de Curto Prazo				-	42.369
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.353.988

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois está sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida que se encontra em processo de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de autorização por parte do Bacen para ser considerado elegível a Capital Principal.

Notas Explicativas

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE ⁽¹⁾	1.898.225	1.691.087
Recursos disponíveis	1.316.793	1.044.610
Recursos aplicados	581.432	646.477
Total (Nota 29.a.1)	1.898.225	1.691.087

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 30.06.2015), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.06.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.568	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.700	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.036.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 30.06.2015		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.231.250	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.026.881	2,36
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 15.556 (R\$ 18.232 em 30.06.2015) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No semestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 1.065 (R\$ 1.162 em 30.06.2015) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base para distribuição do resultado.

c) Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2016

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 54.012, sendo R\$ 53.847 imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 23.981 (R\$ 20.947 em 30.06.2015).

Notas Explicativas

d) Demonstrativo de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
1. Lucro Líquido do Semestre	225.564	158.128
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.065	1.162
3. Lucro Líquido Ajustado	226.629	159.290
4. Reserva Legal Constituída	(11.278)	(7.906)
5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	215.351	151.384
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no semestre	54.012	53.165
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(165)	(162)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	53.847	53.003
9. Valor bruto do JCP: 25,08% sobre item 5 (35,12% em 30.06.2015)	54.012	53.165
JCP de R\$ 0,6253445093864 por ação ordinária (em 30.06.2015: JCP de R\$ 0,615538945564 por ação ordinária)	54.012	53.165
10. Valor líquido do JCP: 25,00% sobre item 5 (35,01% em 30.06.2015)	53.847	53.003

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no semestre e importa em R\$ 11.278 (R\$ 7.907 em 30.06.2015).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 559.042 (R\$ 276.580 em 30.06.2015).

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	117.384	(4.124)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(96.927)	(293.150)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.457	(297.274)

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2016	01.01. a 30.06.2015
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.073.029	1.054.776
Administração de Fundos de Investimentos	15.082	14.350
Administração de Fundos e Programas	876.146	865.749
Prestação de Serviços	181.801	174.677
b) Rendas de Tarifas Bancárias	29.345	23.879
c) Despesas de Pessoal	(857.602)	(731.165)
Proventos	(506.346)	(433.378)
Encargos Sociais	(185.088)	(155.121)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(41.835)	(32.950)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(49.034)	(38.091)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(2.374)	(2.517)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(72.925)	(69.108)
d) Outras Despesas Administrativas	(534.661)	(463.018)
Processamento de Dados	(96.530)	(73.236)
Propaganda e Publicidade	(2.901)	(10.986)
Serviços de Terceiros	(228.794)	(197.045)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(37.651)	(32.331)
Viagens	(6.710)	(5.866)
Comunicações	(14.722)	(14.362)
Depreciação e Amortização	(21.397)	(20.107)
Manutenção e Conservação de Bens	(23.082)	(18.003)
Vigilância, Segurança e Transporte	(40.138)	(34.710)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.811)	(5.461)
Serviços do Sistema Financeiro	(14.855)	(13.163)
Serviços Técnicos Especializados	(14.322)	(17.139)
Seguros	(1.569)	(1.305)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(21.214)	(10.213)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.324)	(1.389)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.783)	(2.412)
Outros Valores	(2.858)	(5.290)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(142.768)	(128.119)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(128.307)	(113.528)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.012)	(13.432)
Outros Valores	(1.449)	(1.159)
f) Outras Receitas Operacionais	1.320.787	776.674
"Del credere" de Fundos Administrados	624.904	601.930
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	344.748	9.584
Variação Cambial Negativa de Despesa de Captação	230.940	-
Variação Cambial Negativa de Fundo Financeiro de Desenvolvimento	12.115	-
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1	40
Reversão de Prov. de IR e CSLL	299	-
Reversão de Prov. Operacionais	26.448	107.971
Recuperação de Encargos e Despesas	3.130	7.617
Juros e Comissões	3.610	2.235
Correção Monetária	2.281	551
Resultado da Marcação a Mercado	22.138	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	28.249	21.400
Outros Valores	21.924	25.346
g) Outras Despesas Operacionais	(1.161.358)	(800.592)
Variação Cambial da Área de Câmbio	-	(606)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(365.516)	(3.445)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(39)	(1)
Descontos Concedidos em Renegociações	(903)	(450)
Encargos de Operações de Crédito	(1.688)	(868)
Riscos Fiscais	(13.479)	(6.367)
Riscos com Operações do FNE	(428.811)	(513.804)
Riscos com Operações do FDNE	(17)	(24)
Causas Trabalhistas	(61.454)	(17.281)
Causas Cíveis	(20.470)	(22.609)
Outras Causas	(40)	(94)
Outros Passivos Contingentes	(947)	(926)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(20.213)	(127.060)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	(72.515)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(77.182)	(53.932)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(28.761)	(31.866)
Outros Valores	(69.323)	(21.259)
Total	(273.228)	(267.565)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	337.122	99.140	337.122	99.140
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(15.191)	(33.225)	(15.191)	(33.225)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(54.012)	(53.165)	(54.012)	(53.165)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	267.919	12.750	267.919	12.750
Adições/Exclusões Permanentes	(9.698)	(11.245)	(9.369)	(11.108)
Adições/Exclusões Temporárias	122.104	390.394	122.104	390.394
Resultado Tributável	380.325	391.899	380.654	392.036
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(95.069)	(97.963)	(76.131)	(58.805)
Deduções (Incentivos Fiscais)	3.464	4.963	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	484	484	387	290
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(91.121)	(92.516)	(75.744)	(58.515)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	2.697	(6.496)	5.876	(3.897)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(88.424)	(99.012)	(69.868)	(62.412)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	46.109	158.527	15.816	95.109
Total de IRPJ/CSLL	(42.315)	59.515	(54.052)	32.697
Alíquota Efetiva (%)	(15,79)	466,78	(20,17)	256,45
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	91.120	92.516	75.744	58.515
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	484	484	387	290
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	91.604	93.000	76.131	58.805
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(81.297)	(68.852)	(51.732)	(32.602)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	10.307	24.148	24.399	26.203

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Notas Explicativas

Especificação	30.06.2016		30.06.2015		30.06.2016	30.06.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	843.438	616.227	588.762	353.271	1.459.665	942.033
Constituição	234.452	187.571	302.116	181.277	422.023	483.393
Realização/Reversão	(183.267)	(168.708)	(145.747)	(87.462)	(351.975)	(233.209)
Saldo Final (Nota 10.e)	894.623	635.090	745.131	447.086	1.529.713	1.192.217
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	2.078	1.248	-	3.326
Constituição	8.919	5.352	7.857	4.713	14.271	12.570
Realização/Reversão	(8.211)	(4.928)	(7.921)	(4.753)	(13.139)	(12.674)
Saldo Final (Nota 7.c)	708	424	2.014	1.208	1.132	3.222
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)
Constituição	16.754	10.052	44.879	26.928	26.806	71.807
Realização/Reversão	(22.540)	(13.524)	(42.656)	(25.594)	(36.064)	(68.250)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	-	-	1.633	980	-	2.613
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	223.773	151.483	112.325	67.396	375.256	179.721
Constituição	361.713	254.495	198.494	118.610	616.208	317.104
Realização/Reversão	(408.983)	(282.820)	(196.778)	(117.581)	(691.803)	(314.359)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	176.503	123.158	114.041	68.425	299.661	182.466

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Total das Diferenças Temporárias	5.831.045	4.981.305	5.831.045	4.981.305
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.457.761	1.245.326	1.148.022	747.196
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	894.623	745.131	635.090	447.086
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	177.213	117.688	123.582	70.613
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.071.836	862.819	758.672	517.699
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	385.925	382.507	389.350	229.497

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.06.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	6,42	187.826	176.489	150.261	141.191	338.087	317.680
2017	11,19	221.690	187.345	177.352	149.876	399.042	337.221
2018	10,67	82.025	62.634	65.620	50.107	147.645	112.741
2019	10,25	87.275	60.447	52.364	36.269	139.639	96.716
2020	10,08	185.934	116.987	111.567	70.197	297.501	187.184
1º Sem/21	4,92	129.873	77.884	77.926	46.730	207.799	124.614
Total		894.623	681.786	635.090	494.370	1.529.713	1.176.156

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over - selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2016.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	69.090	69.090	55.272	55.272	124.362	124.362
2017	1.123	1.123	899	899	2.022	2.022
2018	16.062	16.062	12.849	12.849	28.911	28.911
2019	5.238	5.238	3.143	3.143	8.381	8.381
2020	214	214	129	129	343	343
1º Sem/21	85.486	85.485	51.290	51.291	136.776	136.776
Total	177.213	177.212	123.582	123.583	300.795	300.795

Notas Explicativas

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2016 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	256.916	245.579	205.533	196.463	462.449	442.042
2017	222.813	188.468	178.251	150.775	401.064	339.243
2018	98.087	78.696	78.469	62.956	176.556	141.652
2019	92.513	65.685	55.507	39.412	148.020	105.097
2020	186.148	117.201	111.696	70.326	297.844	187.527
1º Sem/21	215.359	163.369	129.216	98.021	344.575	261.390
Total	1.071.836	858.998	758.672	617.953	1.830.508	1.476.951

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2016		30.06.2015		30.06.2016		30.06.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total			
Efeito no Resultado								
a) Instrumentos Financeiros Derivativos								
Saldo Inicial	5.782	3.469	1.573	944	9.251	2.517		
Constituição	5.042	3.025	36.425	21.855	8.067	58.280		
Realização/Reversão	(10.820)	(6.492)	(34.255)	(20.553)	(17.312)	(54.808)		
Saldo Final (Nota 7.c)	4	2	3.743	2.246	6	5.989		
b) Item Objeto de Hedge								
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-		
Constituição	733	440	-	-	1.173	-		
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-		
Saldo Final (Nota 7.c.1)	733	440	-	-	1.173	-		
c) Reserva de Reavaliação								
Saldo Inicial	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147		
Constituição	-	-	-	-	-	-		
Realização/Reversão	(485)	(387)	(484)	(290)	(872)	(774)		
Saldo Final (Nota 16.d)	1.764	1.412	2.733	1.640	3.176	4.373		
d) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾								
Saldo Inicial	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569		
Constituição	2.353	1.539	4.325	2.597	3.892	6.922		
Realização/Reversão	(5)	(4.389)	-	-	(4.394)	-		
Saldo Final (Nota 16.d)	58.690	39.322	27.806	16.685	98.012	44.491		
Efeito no Patrimônio Líquido								
e) TVM								
Saldo Inicial	947	667	472	283	1.614	755		
Constituição	6.677	4.527	12.111	7.268	11.204	19.379		
Realização/Reversão	(4.884)	(3.048)	(12.114)	(7.269)	(7.932)	(19.383)		
Saldo Final (Nota 7.a.2)	2.740	2.146	469	282	4.886	751		

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, Item Objeto de *Hedge* e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	2.459	1.967	4.426
2017	5	4	9
2018	40	32	72
2019	969	582	1.551
1º Sem/21	4	3	7
Total	3.477	2.588	6.065

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	6,42	484	455	387	364	871	819
2017	11,19	968	818	775	655	1.743	1.473
2018	10,67	312	239	250	191	562	430
Total		1.764	1.512	1.412	1.210	3.176	2.722

Notas Explicativas

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	6,42	3.900	3.664	3.120	2.932	7.020	6.596
2017	11,19	9.410	8.842	7.526	7.073	16.936	15.915
2018	10,67	7.238	6.801	5.790	5.441	13.028	12.242
2019	10,25	5.920	5.562	3.552	3.337	9.472	8.899
2020	10,08	4.900	4.604	2.940	2.762	7.840	7.366
1º Sem/21	4,92	27.322	25.674	16.394	15.404	43.716	41.078
Total		58.690	55.147	39.322	36.949	98.012	92.096

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 30.06.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	6.842	5.474	12.316
2017	10.383	8.306	18.689
2018	7.590	6.072	13.662
2019	6.889	4.134	11.023
2020	4.900	2.940	7.840
1º Sem/21	27.327	16.396	43.723
Total	63.931	43.322	107.253

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 31.06.2015
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(128.307)	(113.528)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.012)	(13.432)
Outros Valores	(1.449)	(1.159)
Total (Nota 20.e)	(142.768)	(128.119)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução do CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que

Notas Explicativas

regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2016		30.06.2015	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	1.196	1.196	2.243	2.243
a.2) Causas Fiscais	1.929.046	58.363	1.522.778	42.268
i) Obrigação Legal (Nota 22.i.1)	291	291	308	308
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22.i.1)	1.928.755	58.072	1.522.470	41.960
Provável	58.072	58.072	41.960	41.960
Possível	1.736.292	-	1.135.928	-
Remota ⁽¹⁾	134.391	-	344.582	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	478.241	222.346	418.032	237.757
Provável (Nota 16.i)	222.346	222.346	237.757	237.757
Possível	128.416	-	90.513	-
Remota	127.479	-	89.762	-
b.2) Causas Cíveis	5.058.062	150.212	4.149.961	153.653
Provável (Nota 16.i)	150.212	150.212	153.653	153.653
Possível	1.155.928	-	895.825	-
Remota ⁽²⁾	3.751.922	-	3.100.483	-
b.3) Outras Causas	661.679	760	9.383	703
Provável (Nota 16.i)	760	760	703	703
Possível	9.008	-	8.358	-
Remota	651.911	-	322	-

⁽¹⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 114.968 na posição 30.06.2016. Na posição de 30.06.2015, o risco estava concentrado em 03 (três) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 304.464.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de R\$ 2.274.355, na posição 30.06.2016. Na posição de 30.06.2015, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 1.946.360.

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela Superintendência Jurídica na forma do item "b", retromencionado.
- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "c", subitens a.2.i tem, como objeto de discussão os tributos municipais.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Quatro ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 1.593.047 na data base de 30.06.2016. Na posição de 30.06.2015, uma dessas quatro ações ainda não havia sido ajuizada. As estimativas de valores para as demais ações totalizavam R\$ 1.021.649, na posição de 30.06.2015.

Cível

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 198.014. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 160.162.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 134.262. Na posição de 30.06.2015, estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 108.597.

Notas Explicativas

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 77.139. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 62.394.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 55.241. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 44.681.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 48.844. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 34.958.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.06.2016, R\$ 32.557. Na posição de 30.06.2015, R\$ 34.224.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Demandas Trabalhistas	460.860	433.884
Demandas Fiscais	120.561	217.006
Demandas Cíveis	89.969	88.653
Total	671.390	739.543

- h) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 30.06.2016, registram-se os valores de: R\$ 19.965 (R\$ 4.121, em 30.06.2015), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 11.900 (R\$ 13.330, em 30.06.2015) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 1.417 (R\$ 598, em 30.06.2015) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

i) Movimentação das Provisões

i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.069	90.201
Constituição	127	177
Reversão/Utilização/Baixa	-	(88.135)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.196	2.243
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)		
Saldo Inicial	266	284
Constituição	25	24
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 22.c)	291	308
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	46.249	36.525
Constituição	16.131	7.172
Reversão/Utilização/Baixa	(4.308)	(1.737)
Saldo Final (Nota 22.c)	58.072	41.960
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	249.461	221.610
Constituição	25.170	22.497
Reversão/Utilização/Baixa	(52.285)	(6.350)
Saldo Final (Nota 16.i)	222.346	237.757
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	142.592	138.045
Constituição	25.242	27.382
Reversão/Utilização/Baixa	(17.622)	(11.774)
Saldo Final (Nota 16.i)	150.212	153.653
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	720	608
Constituição	122	382
Reversão/Utilização/Baixa	(82)	(287)
Saldo Final (Nota 16.i)	760	703

Notas Explicativas

i.2) Demais Provisões

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
i) FNE		
Saldo Inicial	2.792.367	2.062.717
Constituição	801.771	737.262
Reversão/Utilização/Baixa	(631.849)	(411.301)
Saldo Final (Nota 16.j)	2.962.289	2.388.678
ii) FDNE		
Saldo Inicial	654	1.065
Constituição	17	24
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.j)	671	1.089
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.644	2.600
Constituição	530	319
Reversão/Utilização/Baixa	(2.064)	(6)
Saldo Final (Nota 16.j)	1.110	2.913
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	37.800	28.603
Constituição	947	960
Reversão/Utilização/Baixa	(5.465)	(11.514)
Saldo Final (Nota 16.j)	33.282	18.049

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Máxima	36.619,33	33.290,13
Mínima	1.427,35	1.273,33
Média	9.337,48	8.315,10

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	482.490,59	544.491,20	33.571,14	32.848,32	31.513,14	30.834,66
Menor remuneração individual ⁽³⁾	333.559,85	400.215,95	25.725,06	26.498,86	25.725,06	25.171,17
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	456.460,57	529.921,99	25.960,87	27.317,28	28.040,29	28.470,65
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2016, o número de funcionários do Banco totalizava 7.225 (7.114 em 30.06.2015), registrando-se um acréscimo de 1,56% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, no semestre, corresponde a R\$ 13.503 (R\$ 7.906 em 30.06.2015), o que equivale a 5,99% do lucro líquido do semestre (5,00% em 30.06.2015) e 25,00% (14,87% em 30.06.2015) dos juros sobre o capital próprio do semestre. A despesa de PLR do semestre importa em R\$ 15.191, sendo R\$ 13.503 referente aos Empregados e R\$ 1.688 aos Administradores.

Notas Explicativas

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Caepf, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caepf, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Caepf os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Caepf e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Caepf.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 22, de 25.11.2015, nº 16, de 19.11.2014, nº 14, de 24.02.2014, nº 13, de 04.11.2013 e nº 10, de 19.12.2012 que preveem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Notas Explicativas

De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capef está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2016, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2015, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. Encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

Em seu estatuto a Camed define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por

Notas Explicativas

doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez diz respeito ao casamento dos fluxos de caixas de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis para pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

Notas Explicativas

a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.729	4.778	6.507
Plano CV I	5.115	99	5.214
Plano Natural	6.834	4.821	11.655
Seguro de Vida em Grupo	5.221	3.463	8.684

a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover à cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Capéf conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

Notas Explicativas

b) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 30.06.2016, os planos administrados pela Capec e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.805.828 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.457.948, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 347.880. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.115.384 e aos participantes ativos é de R\$ 690.444;

ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 13.433 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 38.725, resultando em um superávit de R\$ 25.292, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 897.675 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 109.993, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 787.682. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 753.309 e aos participantes ativos é de R\$ 144.366.

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 64.142, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 39.267 e aos participantes ativos é de R\$ 24.875.

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capec			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Semestre	(3.287.131)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)
2. Custo dos Juros	(205.762)	(190.826)	(619)	(264)
3. Custo do Serviço Corrente	(3.837)	(6.395)	(264)	(89)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	192.460	176.245	135	71
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(35.828)	(32.487)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(1.475)	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	48	-
8. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(465.730)	(207.129)	(1.756)	(3.676)
8.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(104.525)	(182.074)	(1.276)	(3.600)
8.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(361.205)	(25.055)	(480)	(76)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre	(3.805.828)	(3.549.723)	(13.433)	(8.356)

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Semestre	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)
2. Custo dos Juros	(56.773)	(45.270)	(3.544)	(2.103)
3. Custo do Serviço Corrente	(6.794)	(6.403)	(382)	(416)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	31.620	23.619	3.098	1.357
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(8.700)	(7.986)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	5.061	8.379	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	17.113	(66.318)	(6.809)	(13.100)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	188.435	4.245	755	(12.540)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	(35.678)	-	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(135.644)	(70.563)	(7.564)	(560)
8. Redução no plano	-	-	-	-
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre	(897.675)	(873.412)	(64.142)	(51.922)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Semestre	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991
2. Receita de Juros	192.588	185.008	2.125	773
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	33.358	30.245	694	452
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	231	307	694	451
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	35.828	32.487	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	1.475	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	(48)	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano	(192.460)	(176.245)	(135)	(71)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	336.750	3.754	2.673	3.668
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre	3.457.948	3.234.356	38.725	17.264

⁽¹⁾ Capef - Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Semestre	106.225	68.831	-	-
2. Receita de Juros	7.058	4.228	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	18.187	19.451	1.549	1.357
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(23.726)	-	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	7.455	9.340	1.549	-
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	8.700	7.986	-	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.061)	(8.379)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(31.620)	(23.619)	(3.098)	(1.357)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	22.775	(9.481)	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre	109.993	68.357	-	-

⁽¹⁾ Camed - Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed - Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

Notas Explicativas

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capecf	
	Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Semestre	(21.745)	(7.593)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.506)	(509)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(2.041)	(806)
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Semestre	(25.292)	(8.908)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre	(3.805.828)	(3.549.723)	(13.433)	(8.356)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre	3.457.948	3.234.356	38.725	17.264
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(347.880)	(315.367)	25.292	8.908
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Semestre		-	(25.292)	(8.908)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Semestre (Nota 16.i) ⁽¹⁾	(347.880)⁽¹⁾	(315.367)	-	-

⁽¹⁾ Considerando diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD:01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre	(897.675)	(873.412)	(64.142)	(51.922)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre	109.993	68.357	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(787.682)	(805.055)	(64.142)	(51.922)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Semestre (Nota 16.i)	(787.682)	(805.055)	(64.142)	(51.922)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Semestre

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(3.606)	(6.088)	430	362
1.1. Custo do Serviço	(3.837)	(6.395)	(264)	(89)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	231	307	694	451
2. Juros Líquidos	(13.174)	(5.818)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(205.762)	(190.826)	(619)	(264)
2.2. Receita de Juros	192.588	185.008	2.125	773
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(1.506)	(509)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Semestre (item 1 + item 2)	(16.780)⁽¹⁾	(11.906)⁽¹⁾	430⁽²⁾	362

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 4 e 01.01 a 30.06.2015: R\$ 2.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	661	2.937	1.167	(416)
1.1. Custo do Serviço	(6.794)	(6.403)	(382)	(416)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	7.455	9.340	1.549	-
2. Juros Líquidos	(49.715)	(41.042)	(3.544)	(2.103)
2.1. Custo dos Juros	(56.773)	(45.270)	(3.544)	(2.103)
2.2. Receita de Juros	7.058	4.228	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Semestre (item 1 + item 2)	(49.054)⁽¹⁾	(38.105)⁽¹⁾	(2.377)⁽¹⁾	(2.519)⁽¹⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco: 01.01 a 30.06.2015 - Plano Natural:R\$ 14 e Seguro de Vida:R\$ 2; 01.01.a 30.06.2016 - Plano Natural: R\$ 20 e Seguro de Vida: R\$ 3.

Notas Explicativas

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(22.123)	(18.226)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: R\$ 01.01 a 30.06.2016 - R\$ 153; e 01.01 a 30.06.2015 - R\$ (137) e diferença de contribuições estimadas no período de 01.01 a 30.06.2015 - R\$ 147.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo.

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Despesas Administrativas	(3.089)	(2.810)

h) Valores do Período, Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD, em 30.06.2016, são decorrentes dos aumentos dos benefícios dos assistidos em 10,45% e do salário médio em 11%, em relação ao plano CV I, são decorrentes do aumento no valor do salário médio e do valor do benefício médio dos pensionistas. Os ganhos de ajustes de experiências do plano Natural e do Seguro de Vida em Grupo são justificados pela redução dos custos médios de saúde e pela redução do número de ex-empregados na apólice do seguro e do capital segurado médio, respectivamente.

No que diz respeito à perda por ajustes de pressupostos demográficos registrados no período para o Plano Natural é oriunda de alteração na metodologia de composição familiar, que passa a considerar a experiência do plano, bem como de ajustes no cálculo da base de contribuições de pensionistas.

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.06.2016, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2015, que passaram de 13,12% (31.12.2015) para 11,80% (30.06.2016), nos planos BD e Natural, de 13,12% (31.12.2015) para 11,81% (30.06.2016) no plano CV I e de 13,25% (31.12.2015) para 11,80% (30.06.2016) no Seguro de Vida em Grupo.

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	336.750	3.754	2.673	3.668
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(465.730)	(207.129)	(1.756)	(3.676)
2.1. Ajustes de Experiência	(104.525)	(182.074)	(1.276)	(3.600)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(361.205)	(25.055)	(480)	(76)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(2.041)	(806)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Semestre (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(128.980)⁽¹⁾	(203.375)⁽¹⁾	(1.124)	(814)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 98; e BD: 01.01 a 31.12.2014: R\$ 63.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015		
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	22.775	(9.481)	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	17.113	(66.318)	(6.809)	(13.100)
2.1. Ajustes de Experiência	188.435	4.245	755	(12.540)
2.2. Alterações de Premissas Demográficas	(35.678)	-	-	-
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(135.644)	(70.563)	(7.564)	(560)
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Semestre (item 1 + item 2 + item 3)	39.888	(75.799)	(6.809)	(13.100)

Notas Explicativas

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no semestre

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Semestre	(235.478)	(130.331)	-	-
2. Contribuições do Empregador	33.358 ⁽¹⁾	30.245	694	452
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(16.780)	(11.906)	430	362
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(128.980)	(203.375)	(1.124)	(814)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Semestre (Nota 16.i)	(347.880)	(315.367)	-	-

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Semestre	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)
2. Contribuições do Empregador	18.187	19.351	1.549	1.357
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(23.726)	-	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(49.054)	(38.105)	(2.377)	(2.519)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	39.888	(75.799)	(6.809)	(13.100)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Semestre (Nota 16.i)	(787.682)	(805.055)	(64.142)	(51.922)

j) Política de Investimento, Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Renda Fixa	89,05	85,75	93,74	93,51	74,63	56,78
Renda Variável	0,17	2,22	-	1,48	24,94	42,51
Investimentos Imobiliários	7,82	9,14	-	-	0,43	0,71
Investimentos Estruturados	0,23	0,23	1,47	2,11	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,71	2,64	4,79	2,90	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,17	0,23	-	-	74,63	56,78
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	1,04	1,35	-	-	0,43	0,71

Notas Explicativas

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Plano BD (Capef), Plano Natural (Camed) e Seguro de Vida	
	30.06.2016	30.06.2015
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	30.06.2016	30.06.2015
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos ⁽¹⁾	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,80	11,99	11,81	11,97
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,97	6,15	5,98	6,13
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	6,56	5,50	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,80	11,99	11,80	11,99
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,97	6,15	5,97	6,15
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial	6,56	6,56	-	6,56
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios	7,81 ⁽¹⁾	8,85 ⁽²⁾	-	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,11	2,91	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,19 ⁽¹⁾	3,18 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ Na posição de 30.06.2016, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 7 (sete) anos. A taxa encontrada foi de 2,19%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 8 (oito) anos, a partir de 2017, permanecendo a partir do 9º (nono ano) em 1% a.a.

⁽²⁾ Na posição de 30.06.2015, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 6 (seis) anos. A taxa encontrada foi de 3,18%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 10 (dez) anos, a partir de 2015, permanecendo a partir do 11º (décimo primeiro ano) em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

Notas Explicativas

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1) aprovado pela Resolução 4.424, do CMN. Na posição de 30.06.2016, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD e Camed Natural: 12,17 anos (13,91 anos em 30.06.2015), para o plano Capef CV I: 22,75 anos (24,37 anos em 30.06.2015) e para o Seguro de Vida: 11,04 anos (12,65 anos em 30.06.2015).

I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2016.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.805.828)	(3.713.095)	(3.896.826)	(3.728.124)	(3.886.558)
Valor Justo dos Ativos	3.457.948	3.457.948	3.457.948	3.457.948	3.457.948
Superávit (Déficit) Técnico	(347.880)	(255.147)	(438.878)	(270.176)	(428.610)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,4)	2,4	(2,0)	2,1
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(26,7)	26,2	(22,3)	23,2

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(13.433)	(12.873)	(14.064)	(13.225)	(13.648)
Valor Justo dos Ativos	38.725	38.725	38.725	38.725	38.725
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	25.291,68	25.852	24.661	25.500	25.077
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,2)	4,7	(1,5)	1,6
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		2,2	(2,5)	0,8	(0,8)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(897.675)	(855.999)	(937.440)	(923.927)	(872.513)	(871.248)	(925.460)
Valor Justo dos Ativos	109.993	109.993	109.993	109.993	109.993	109.993	109.993
Superávit (Déficit) Técnico	(787.682)	(746.006)	(827.447)	(813.934)	(762.520)	(761.255)	(815.467)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,6)	4,4	2,9	(2,8)	(2,9)	3,1
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(5,3)	5,0	3,3	(3,2)	(3,4)	3,5

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(64.142)	(62.470)	(65.786)	(62.635)	(65.718)
Superávit (Déficit) Técnico	(64.142)	(62.470)	(65.786)	(62.635)	(65.718)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,6)	2,6	(2,4)	2,5
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(2,6)	2,6	(2,4)	2,5

Notas Explicativas

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o 2º Semestre de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	42.031	26.024 ⁽¹⁾	26.232	1.548
2. Despesas Administrativas	7.808	2.912 ⁽¹⁾	8.057	-
3. Contribuições de Empregados	255	26.024 ⁽¹⁾	14.748	1.548
4. Contribuições de Assistidos	41.776	-	12.688	-
5. Benefícios Esperados	368.011	142	52.172	6.030

⁽¹⁾ Inclusive modalidade contribuição definida

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	342.418	1.945	19.343	4.918
De 1 ano a 2 anos	341.786	1.760	18.738	5.017
De 2 anos a 3 anos	338.619	1.625	18.637	5.106
De 3 anos a 4 anos	335.997	1.517	18.475	5.151
Acima de 4 anos	5.845.144	18.649	894.078	192.801
Total	7.203.964	25.496	969.271	212.993

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

n) Estimativa de Despesas para o 2º semestre de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(3.582)	528	(61)	1.166
2. Juros Líquidos	(13.174)	-	(49.715)	(3.544)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(16.756)	528	(49.776)	(2.378)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 63.470.927 (R\$ 56.878.253 em 30.06.2015) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 14.207.550 (R\$ 9.576.462 em 30.06.2015), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 788.367 (R\$ 462.115 em 30.06.2015).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Notas Explicativas

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2016	Provisão em 30.06.2015
AA	8.758.856	-	-
A	11.754.611	29.499	29.121
B	9.791.719	49.236	49.096
C	2.431.093	36.275	25.610
D	890.054	44.482	61.662
E	540.445	82.772	80.021
F	443.541	111.320	101.021
G	720.215	252.800	77.920
H	4.641.419	2.355.904	1.964.227
Total	39.971.953	2.962.289	2.388.678

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 621.245 (R\$ 598.517 em 30.06.2015).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 694.058 (R\$ 704.183 em 30.06.2015).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2016	30.06.2015
Proger-Urbano Investimento	017/2006	4.103	9.651
FAT - Infraestrutura	018/2006	185.647	209.547
Protrabalho Investimento	004/2007	193.417	174.368
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	128.142	151.939
Total		511.309	545.505

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 292.516 (R\$ 375.423 em 30.06.2015) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 31.100 (R\$ 32.361 em 30.06.2015).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2016		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.833	387	2.302	14.799	17.101
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	51.608	3.269	23.826	79.206	103.032
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	18.562	43	520	69.700	70.220
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	27.788	788	4.452	97.711	102.163
Total (Nota 13.b)			107.791	4.487	31.100	261.416	292.516

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	14.311	497	3.938	21.406	25.344
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.918	2.895	26.803	117.837	144.640
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	22.281	51	492	83.028	83.520
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	33.341	850	1.128	120.791	121.919
Total (Nota 13.b)			119.851	4.293	32.361	343.062	375.423

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2016 a 2018, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03.12.2015. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2016	30.06.2015
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	33.500.488	34.363.549
Público	1.473.877	1.504.885
Privado	32.026.611	32.858.664
Comércio	3.953.334	4.010.250
Comércio Exterior	410.586	1.013.236
Habitação	170	242
Indústria	9.433.189	9.618.623
Infraestrutura	2.790.895	3.248.289
Microfinança Urbana	2.905.473	2.830.414
Pessoas Físicas	132.011	223.070
Rural	7.249.729	6.885.149
Outros Serviços	5.151.224	5.029.391
Operações de Mercado	28.612.446	27.329.575
Títulos Públicos Federais	25.649.365	23.259.253
Operações Compromissadas	10.740.851	13.096.312
Outras	14.908.514	10.162.941
Depósitos Interfinanceiros	-	91.096
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.979.988	2.094.132
Outras Operações	983.093	1.885.094
Demais Ativos	3.784.793	3.377.003
Total	65.897.727	65.070.127

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 2.757.233 (R\$ 5.211.666 em 30.06.2015). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 8.301.178 (R\$ 4.212.553 em 30.06.2015).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por

Notas Explicativas

reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2016 (%)	30.06.2015 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	531,96	366,26
	Média dos últimos 12 meses	393,81	357,37
	Máximo dos últimos 12 meses	531,99	429,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	249,52	296,56

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.375.047	7.361.620	(13.428)	7.348.621	(26.426)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(125.734)	(129.303)	(3.570)	(133.337)	(7.603)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(652)	(662)	(10)	(671)	(20)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	730.960	695.228	(35.731)	662.370	(68.590)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	713.370	622.050	(91.320)	543.976	(169.394)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	512.351	420.896	(91.454)	350.830	(161.521)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.734.506)	(1.751.296)	(16.789)	(1.763.590)	(29.083)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.817.013	4.698.215	(118.798)	4.591.944	(225.069)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.023.551	1.000.284	978.083
		Passivo em ME	(1.004.614)	(981.930)	(960.283)
		Exposição Líquida	18.937	18.354	17.800

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrente de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais. O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos,

Notas Explicativas

acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 35.939 (R\$ 72.343 em 30.06.2015 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015	Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	89.055	31.550	Depósitos	-	5.858
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Relações Interdependências	5.561	3.957
Operações de Crédito	786.642	881.538	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	79.443	85.219
Outros Créditos	608.852	1.181.390	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.788.181	2.804.974
			Outras Obrigações	614.096	1.146.277
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.484.549	2.094.478	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.487.281	4.046.285
Operações de Swap	966.793	1.879.464			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.451.342	3.973.942	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.487.281	4.046.285

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

Notas Explicativas

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2016, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 11,81% (13,95% em 30.06.2015) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,58% (7,64% em 30.06.2015). O PR apurado foi de R\$ 4.648.057 (R\$ 5.294.087 em 30.06.2015), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.802.307 (R\$ 2.813.862 em 30.06.2015), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 36.973.189 (R\$ 36.832.758 em 30.06.2015).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Patrimônio de Referência (PR)	4.648.057	5.294.087
. Nível I	2.802.307	2.813.862
. Capital Principal	2.802.307	2.813.862
. Nível II	1.845.750	2.480.225
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	36.973.189	36.832.758
. Parcela RWACPAD	30.029.367	30.701.528
. Parcela RWACAM	36.942	378.887
. Parcela RWAJUR	55.544	70.391
. Parcela RWACOM	9.650	2.891
. Parcela RWAOPAD	6.841.686	5.679.061
Valor do RBAN	2.396.024	1.112.328
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,875%])¹	996.955	1.242.484
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 9,875%)}¹	760.347	1.120.128
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	583.916	603.897
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	1.138.513	1.156.388
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 0,625%)	231.083	-
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	352.833	-
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,58%	7,64%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	7,58%	7,64%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,875%) ⁽¹⁾	12,57%	14,37%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	11,81%	13,95%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	4.648.057	5.294.087
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.802.307	2.813.862
Capital Principal	2.802.307	2.813.862
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	771.046	485.245
Reservas de Capital e de Reavaliação	15.556	18.232
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(595.407)	(480.769)
Ajustes Prudenciais	(232.888)	(52.846)
. Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(5.436)	(3.446)
. Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(3)	(73)
. Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(165.668)	(49.327)
. Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(61.781)	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	1.845.750	2.480.225
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.898.225	2.532.761
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.475)	(52.536)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois está sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida que se

Notas Explicativas

encontra em processo de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de autorização por parte do Bacen para ser considerado elegível a Capital Principal.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

O Bacen publicou, em 27.02.2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 30.06.2016, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 4,38, conforme quadro abaixo:

Especificação	30.06.2016
Patrimônio de Referência Nível I	2.802.307
Exposição Total para Razão de Alavancagem	63.966.791
Razão de Alavancagem (%)	4,38

iv. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	4.648.058	5.294.087
Limite para Imobilização	2.324.028	2.647.044
Situação	224.891	225.388
Margem	2.099.137	2.421.656
Índice de imobilização	4,84%	4,26%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	524.769	436.194
Total	524.769	436.194

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	292.516	375.423
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.718.683	1.691.912
Tesouro Nacional	444	605
BNDDES	1.588.722	1.537.046
Finame	129.517	154.261
Outras Obrigações	17.114.570	12.671.824
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	14.216.345	9.584.380
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	-	1.396.357
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16h e Nota 17)	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.i e Nota 18)	1.898.225	1.691.087
Total	19.125.769	14.739.159

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Passivos	1.199.704	1.172.343
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	347.880	315.367
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	787.682	805.055
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	64.142	51.922
Total	1.199.704	1.172.343

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Honorários	1.865	1.838
Diretoria	1.588	1.566
Conselho de Administração	148	133
Conselho Fiscal	129	139
Outros	904	638
Participação no Lucro	770	1.284
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.539	3.760
Benefícios Pós-Emprego	103	162
Total	3.642	3.922

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Lucro Líquido	225.564	158.128
Outros Resultados Abrangentes	21.522	(296.111)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	196.250	(6.871)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(78.866)	2.748
Realização da Reserva de Reavaliação	1.936	1.937
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(871)	(775)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(96.927)	(293.150)
Resultado Abrangente	247.086	(137.983)

Notas Explicativas

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Créditos Abertos para Importação	8.587	143.045
Créditos de Exportação Confirmados	51.515	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	-	450
- FNE	20.222.087	19.425.397
- FDNE	115.403	108.926
Coobrigações em Cessões de Crédito	20.160	22.659

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 8 de agosto de 2016.

Fortaleza, 8 de agosto de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ricardo Soriano de Alencar (Presidente) – Daniel de Saboia Xavier – Guilherme Mascarenhas Gonçalves – Jeferson Luis Bittencourt – Marcos Costa Holanda – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Eliane Libânio Brasil de Matos (Diretora de Administração e Tecnologia da Informação) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Joaquim Alfredo da Cruz Filho (Diretor de Negócios) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: André Proite (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Maria Teresa Pereira Lima

COMITÊ DE AUDITORIA: Manoel das Neves (Presidente) – Cleber Santiago (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado edo resultado abrangentepara os períodos de três e seis meses findos naquela data edas mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Brasília (DF), 8 de agosto de 2016.

CONSELHO FISCAL: André Proite (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Maria Teresa Pereira Lima

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2016.

Fortaleza, 26 de julho de 2016

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor de Relações com Investidores)– Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Eliane Libânio Brasil de Matos (Diretora de Administração e Tecnologia da Informação) – Joaquim Alfredo da Cruz Filho (Diretor de Negócios) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 8 de agosto de 2016, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2016.

Fortaleza, 8 de agosto de 2016

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor de Relações com Investidores)– Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Eliane Libânio Brasil de Matos (Diretora de Administração e Tecnologia da Informação) – Joaquim Alfredo da Cruz Filho (Diretor de Negócios) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco)